



Ministério da Fazenda
Secretaria de Assuntos Internacionais
Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 219 - Esplanada dos Ministérios
70048900 - Brasília - DF
(61) 3412-2202 roberio.carlos@fazenda.gov.br

Ofício nº 59/2009/SAIN/MF

Brasília - DF, 30 de abril de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
ARSENIO JOSÉ DA COSTA DANTAS
Secretário da 2ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo I, Sala 305 - Asa Sul
70042-900 - Brasília - DF

Assunto: **Relatórios - Administração-Geral - Relatório de Gestão - Exercício de 2008**

Senhor Secretário,

1. Em atendimento ao Ofício-Circular nº 001/2009 – SECEX – 2/TCU, de 20 de março de 2009, encaminho a Vossa Senhoria o Relatório de Gestão desta Secretaria, referente ao exercício de 2008.
2. Informo que as peças exigidas pela Decisão Normativa TCU nº 93, de 3/12/2008, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 96, de 4/3/2009, foram inseridas no referido relatório, na seguinte ordem:

- Relatório de Gestão; e
- Declaração do Contador.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente por ROBERIO CARLOS
Certificado: 56B9CBB02032F81D22BDFA03553050402AAB01EA

Roberio Carlos
Chefe de Gabinete

Documento digital gerado no COMPROTDOCWEB.
Código de controle C86E.D37B.8475.A882



Secretaria de Assuntos Internacionais
Ministério da Fazenda



Relatório de Gestão **2008**

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, exercício 2008, foi elaborado de acordo com as orientações técnicas constantes da Decisão Normativa TCU nº 93, de 3 de dezembro de 2008, e da Norma de Execução CGU nº 3, de 19 de dezembro de 2008, aprovada pela Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, e apresenta as ações implementadas pela Secretaria no período analisado e seus principais resultados.

Com a edição deste Relatório, prestamos contas à sociedade do que se realizou e reafirmamos o compromisso de continuar atuando de forma a contribuir para uma participação cada vez mais significativa do Brasil no cenário internacional.

Marcos Bezerra Abbott Galvão
Secretário de Assuntos Internacionais

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO	4
2	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	4
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	4
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.2.1	<i>Gabinete.....</i>	<i>6</i>
2.2.2	<i>Assessoria</i>	<i>9</i>
2.2.3	<i>Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO</i>	<i>18</i>
2.2.4	<i>Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI</i>	<i>21</i>
2.2.5	<i>Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT</i>	<i>43</i>
2.2.6	<i>Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL</i>	<i>49</i>
2.2.7	<i>Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ).....</i>	<i>57</i>
2.3	PROGRAMAS E AÇÕES	57
2.3.1	<i>Programa Gestão da Política Econômica.....</i>	<i>57</i>
2.3.1.1	Ação: 8883 - Exercício da Presidência do G-20 em 2008.....	58
2.3.1.2	Ação 4479 - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais	60
2.3.1.3	Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	65
2.3.2	<i>Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais</i>	<i>67</i>
2.3.2.1	Ação: 0406 - Contribuição ao Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24.....	67
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL.....	69
2.4.1	<i>Evolução de Gastos Gerais.....</i>	<i>77</i>
3	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CREDITOS OU RECURSOS	79
4	RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	79
5	DEMONSTRATIVO DE TRANSFERENCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO .	79
6	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	79
7	FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	79
8	RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	80
9	DECLARAÇÃO SDE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	80
10	OPERAÇÕES DE FUNDOS	80
11	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	80
12	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	80
13	DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	80
14	ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	80
15	DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	80
16	INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	80
17	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DE GESTÃO.....	85
18	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	85

1 IDENTIFICAÇÃO

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla:	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SAIN
Número do CNPJ	00.394.460/00043-09.
Natureza Jurídica:	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.
Vinculação Ministerial:	Ministério da Fazenda.
Endereço completo:	Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 2º Andar - Brasília-DF - CEP: 70048-900 Tel: (61) 3412-2227 / 3412-2290
Endereço da página institucional na internet:	www.fazenda.gov.br/sain
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional:	<ul style="list-style-type: none"> • Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 1992; • Decreto nº. 6.661, de 25 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2008. • Portaria nº 139, de 10 de julho de 2008, publicada no BP – Boletim de Pessoal nº. 28, de 11 de julho de 2008.
Código da UJ titular do relatório:	170191
Código das UJ abrangidas:	não consolida outras unidades.
Situação da unidade quanto ao funcionamento:	em funcionamento
Função de governo predominante:	Comércio e Serviços.
Tipo de atividade:	Comércio Exterior.
Unidade gestora utilizada no Siafi:	Secretaria de Assuntos Internacionais - 170191.

2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN é um órgão específico e singular do Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, para tratar de questões envolvendo a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países, blocos econômicos e organismos internacionais.

A SAIN presta assessoria técnica especializada em assuntos relativos à economia internacional com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentado, com ênfase na expansão do comércio exterior, na estabilidade de preços e na responsabilidade fiscal, incluindo política comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

No âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA 2008/2011, a SAIN participa dos seguintes Programas/Ações:

- **Programa 1266 Gestão da Política Econômica**

Ação 4479 Assistência Técnica em Assuntos Internacionais;

Ação 8883 Exercício da Presidência do G-20 em 2008;

Ação 2272 Gestão e Administração do Programa;

- **Programa 0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais**

Ação 0406 Contribuição ao Grupo dos Países em Desenvolvimento – G24;

Relacionamos, a seguir, as atribuições da SAIN previstas em seu Regimento Interno:

- Acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;
- Analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;
- Analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;
- Acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;
- Participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE;
- Assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COFIG;
- Autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União, em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE, nos termos da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, e da regulamentação em vigor;
- Exercer atribuições relativas ao SCE, além daquela mencionada no inciso anterior, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE, para execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados;
- Adotar, dentro de sua competência, todas as medidas administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas ao SCE;
- Adotar as providências necessárias, como mandatária da União, para a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos da União, decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE;
- Contratar, a critério da SAIN, instituição habilitada a operar o SCE ou advogado, no País ou no exterior, para a prática de todos os atos necessários à execução do disposto no item anterior;
- Participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, das decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;
- Participar, no âmbito do COMACE, das negociações de créditos brasileiros ao exterior, inclusive aquelas realizadas pelo Clube de Paris;
- Assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COMACE;
- Participar, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, das decisões relativas à autorização da preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na coordenação de políticas macroeconômicas;
- Participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;

- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compra governamentais;
- Participar, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, de negociações em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- Acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, em conjunto com os demais órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as políticas e as ações do Governo brasileiro nas áreas de salvaguardas e direitos antidumping e compensatórios; e
- Participar de negociações em matéria de salvaguardas e de direitos antidumping e compensatórios, no âmbito dos acordos comerciais, da OMC e de outros organismos internacionais.

2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Em 2008, além das atividades institucionais acima mencionadas, a SAIN concentrou esforços para a realização das reuniões do Grupo dos Vinte Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais – G-20, tendo em vista que, nesse ano, o Brasil exerceu a presidência daquele Grupo e coube à SAIN a organização de todos os seus eventos, no Brasil e no exterior.

Por esta razão, grande parte dos recursos humanos, materiais e financeiros foram alocados para consecução do referido projeto, tendo obtido reforço de seu quadro de especialistas.

Para desempenhar suas atividades, a SAIN contou com estrutura organizacional composta por:

- 1 (um) Gabinete;
- 1 (uma) Assessoria;
- 4 (quatro) Coordenações-Gerais: de Assuntos Econômicos (CAECO), de Assuntos Financeiros (COAFI), de Integração Comercial (COINT) e de Políticas Comerciais (COPOL); e
- 1 (um) Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro – RJ (NUTRA).

A seguir, apresentamos as principais atividades desenvolvidas pelas áreas integrantes da SAIN.

2.2.1 Gabinete

As atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda encontram-se a cargo do Gabinete.

No âmbito administrativo, destaca-se, em 2008, a elaboração do “*Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (PDTI-SAIN)*” que projeta o uso eficiente das ferramentas da tecnologia da informação no âmbito corporativo e que norteará as ações de seu Núcleo de Tecnologia da Informação. O Plano é uma estratégia que tem como objetivo planejar a utilização da informação e a aplicação de recursos de software, hardware e recursos humanos que darão suporte para essas informações.

I Participação em reuniões e seminários

(i) Reuniões no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- G 20 – Primeira Reunião de Deputies do G-20, Brasília, de 14 a 16 de março de 2008;
- G 20 – Segunda Reunião de Deputies do G-20, Rio de Janeiro, de 29 a 31 de agosto de 2008; e
- G 20 – Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais, São Paulo, de 7 a 9 de novembro de 2008.
- Cúpula de Líderes do G-20 sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial, Washington DC, em 15 de novembro de 2008.

(ii) Seminários no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- Seminário do G-20 sobre Competição no Setor Financeiro, Bali, Indonésia, de 16 a 17 de fevereiro de 2008;
- Seminário do G-20 sobre Energia Limpa, Mercados de Commodities e Inflação Global, Londres, Reino Unido, de 15 a 16 de maio de 2008; e
- Seminário do G-20 sobre Espaço Fiscal para a Estabilidade, Crescimento e Inclusão Social, Buenos Aires, Argentina, de 19 a 20 de junho de 2008;

(iii) Reuniões do Grupo dos Sete países mais industrializados (G-7):

- Reunião dos Ministros da Fazenda do G-7, Osaka, Japão, de 13 a 14 de junho de 2008.

(iv) Reuniões do Grupo dos Vinte e Quatro Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-24):

- Reunião do Comitê Plenário do G-24, Washington DC, Estados Unidos, em 9 de abril de 2008;
- Reunião dos Deputies do G-24, Washington DC, Estados Unidos, em 10 de abril de 2008; e
- Reunião dos Ministros do G-24, Washington DC, Estados Unidos, em 11 de abril de 2008.

(v) Reunião dos BRICs

- Reunião preparatória para a primeira Reunião de Ministros das Finanças do Brasil, da Rússia, da Índia e da China (BRIC), São Paulo, em 29 de agosto de 2008;
- Reunião dos Ministros de Finanças do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, São Paulo, em 07 de novembro de 2008;

(vi) Reuniões do G-4 e México

- 1ª. Reunião dos Vice-Ministros de Finanças do G-4, Brasília, em 14 de março de 2008;
- 2ª. Reunião dos Vice-Ministros de Finanças do G-4, em Washington, DC, Estados Unidos, em 11 de abril de 2008;
- 3ª. Reunião dos Vice-Ministros de Finanças do G-4, no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 2008;

- Reunião dos Ministros de Finanças do G-4, em Washington, EUA, em 10 de outubro de 2008;
- Reunião dos Ministros de Finanças e dos Presidentes de Bancos Centrais da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México (G-4 acrescido de México, ou G-5), São Paulo, em 7 de novembro de 2008;

(vii) Reuniões no âmbito do MERCOSUL:

- XXXV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), San Miguel de Tucuman, Argentina, de 29 a 30 de junho de 2008; e
- Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, em San Miguel de Tucuman, Argentina, em 1º de julho de 2008.

(viii) Reuniões no âmbito do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, de caráter multilateral:

- Reunião com Banco Mundial, FMI e Departamento do Tesouro Americano em Washington/EUA, Washington DC, Estados Unidos, de 27 de fevereiro a 02 de março de 2008;
- Reunião dos Deputies do Comitê Monetário e Financeiro do FMI, Roma, Itália, em 31 de março de 2008;
- Reunião dos Deputies do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Paris, França, em 1º de abril de 2008;
- Reuniões de Primavera do FMI e do Banco Mundial, Washington DC, Estados Unidos, de 12 a 13 de abril de 2008;
- Reunião do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, Cidade do México, México, em 11 de setembro de 2008; e
- Reunião do Comitê Monetário e Financeiro do FMI, Washington, DC, Estados Unidos, em 11 de outubro de 2008.

(ix) Reuniões no âmbito de Ministros da Fazenda das Américas e do Caribe

- 1º Encontro dos Ministros da Fazenda das Américas e do Caribe, Cancun, México, em 24 de junho de 2008.

(x) Reuniões no âmbito do Banco do Sul

- Reunião de Comissão Técnica do Banco do Sul, Caracas, Venezuela, em 17 de janeiro de 2008;
- Reunião de Evolução e Seguimento com os Ministros de Economia e Finanças na Sede do Ministério do Poder Popular para as Finanças, Caracas, Venezuela; em 18 de janeiro de 2008
- Reunião Ministerial do Banco do Sul, Montevideú, Uruguai, de 24 a 26 de abril de 2008; e
- Reunião Ministerial do Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, em 27 de maio de 2008.

(xi) Reuniões, Conferências e Seminários Nacionais e Internacionais:

- IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Financeira da UNASUL, Buenos Aires, Argentina, em 28 de julho de 2008;
- Reunião Consultiva sobre a atualização de Investimento e de Fluxos Financeiros, Bonn, Alemanha, de 5 a 9 de agosto de 2008;

- Seminário do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Rio de Janeiro (RJ), de 1 a 2 de setembro de 2008;
- Seminário no Ministério da Fazenda do Chile: Fundos soberanos e responsabilidade com nosso futuro, Santiago, Chile, em 3 de setembro de 2008;
- Reuniões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Paris, França, de 10 a 11 de setembro de 2008; e
- Reunião dos Ministros de Finanças sobre as Alterações Climáticas, Poznan, Polônia, de 8 a 9 de dezembro de 2008.

2.2.2 Assessoria

A Assessoria - ASSES tem como atribuição coordenar o relacionamento com organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o G-24 e a OCDE, além de tratar dos seguintes assuntos: mudanças climáticas, ajuda oficial ao desenvolvimento e Ponto de Contato Nacional (PCN).

O tema investimentos, anteriormente tratado pela ASSES, foi redistribuído à Coordenação-Geral de Políticas Comerciais – COPOL. Por sua experiência, a ASSES colaborou com a COPOL nos diversos fóruns internacionais, subsidiando o Secretário de Assuntos Internacionais nas decisões relacionadas ao tema investimentos.

Além disso, a ASSES colaborou com a Coordenação Geral de Assuntos Econômicos - CAECO no tratamento de questões relacionadas ao Grupo dos 20 e outros grupos internacionais, bem como no acompanhamento da conjuntura econômica internacional.

A seguir, apresentamos detalhamento das ações realizadas:

Temas Desenvolvidos

1. Banco Mundial

A SAIN, como ponto de contato do Governo brasileiro com o Banco Mundial, é responsável por gerir o relacionamento do país com o organismo sob duas perspectivas: o país (i) como acionista e (ii) como cliente do organismo, papel que é compartilhado com a SEAIN/MP e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF. No primeiro, a Assessoria é responsável por: acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais do organismo; manter diálogo com a representação brasileira em Washington para coordenação de posições em negociações internas do Banco Mundial; e subsidiar a participação em reuniões e tomada de decisão pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no âmbito daquele Organismo.

No segundo aspecto, sob a ótica de cliente, a ASSES é responsável por acompanhar a estratégia de parceria do Banco com o Brasil. A cada 4 (quatro) anos, em um período que coincide com o ciclo do Plano Plurianual brasileiro (PPA), o Banco Mundial elabora plano de trabalho que servirá de diretriz para suas operações com o país. Esse plano é detalhado no documento atualmente denominado “*Country Partnership Strategy*”, que congrega as operações de empréstimos, estudos e assistência técnica oferecida pelo organismo no período de 2008 a 2011.

Cabe à ASSES acompanhar os seguintes temas, levando-se em consideração as duas perspectivas, i.e, o país como acionista e como cliente:

1.1 Reuniões Ministeriais do Banco Mundial

A ASSES é responsável por analisar os documentos e propostas a serem discutidos nas reuniões ministeriais do Banco Mundial e preparar subsídios para a participação dos representantes brasileiros nesses eventos. No ano de 2008, a ASSES elaborou material para as seguintes reuniões:

- Reunião de Primavera (Paris, abril): os principais temas abordados foram estratégias de crescimento, Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Milênio, Relatório de Monitoramento Global, Mudanças Climáticas e estratégias para assistir aos Países Pós-conflito;
- Reunião de Representantes Alternos (Cidade do México, agosto): tratou-se exclusivamente da Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial; e
- Reunião Anual (Washington, outubro): os temas discutidos foram Mudanças Climáticas, crise econômica mundial, alta dos preços dos alimentos, atuação do Banco junto a países menos desenvolvidos e Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial. A propósito, os membros do Comitê de Desenvolvimento acordaram, de forma unânime, um pacote de reformas que inclui a criação de uma terceira cadeira para os países da África subsaariana na Diretoria-Executiva; o aumento de votos básicos; e a distribuição de quotas em carteira para países em desenvolvimento que teriam seu poder de voto diluído com o aumento de votos básicos.

1.2 Votos na Assembléia de Governadores do Banco Mundial

A ASSES elabora notas técnicas para subsidiar a emissão de votos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Assembléia de Governadores do Grupo Banco Mundial, que inclui Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Corporação Financeira Internacional (IFC).

1.3 Estudos Analíticos

A ASSES conduz o processo de revisão dos estudos denominados “*Analytical Advisory Assessments (AAAs)*”. Esses estudos têm o Brasil como objeto de análise e geralmente abordam um setor da economia ou uma política pública nacional. Nesse processo de revisão são elaborados notas técnicas e pareceres, bem como, feitas reuniões deliberativas em que participam diversos órgãos e entidades da administração pública federal.

No ano de 2008, foram analisados os seguintes estudos produzidos pelo Banco Mundial:

- “*Environmental Licensing for Hydropower Developments in Brazil*”;
- “*Análise Econômica do Biodiesel no Brasil*”;
- “*Second Programmatic Financial Sector Study, an Overview of Directed Lending*”;
- “*Land Policy and Administration as a Basis for the Sustainable Development of the Brazilian Amazon*”;

- “*Diversos caminhos para o Sucesso Educacional. Boas práticas e Desempenho dos alunos na Prova Brasil*”: Identificando casos bem sucedidos nas redes municipais de ensino”;
- “*Brazil’s Energy Program for Electricity Utilities: Evaluation of the Program and Recommendations for Revising Current Regulations*”;
- “*Brazil: Toward a Countercyclical Fiscal Policy Framework*”;
- “*Brazil: Topics in Fiscal Federalism*”;
- “*How to Decrease Freight Logistics Costs in Brazil*”; e
- “*Competitiveness and Growth in Brazilian Cities: Local Policies and Actions for Innovation*”.

1.4 Carteira de projetos

No segundo semestre de 2008, a ASSES criou um projeto para acompanhar a carteira de projetos de assistência técnica e financeira daquele Organismo com o Brasil. Iniciou-se, dessa maneira, processo de análise da carteira de projetos quanto a sua distribuição geográfica, segmentação por temas e alinhamento com políticas e prioridades nacionais. Tais análises são instrumentais para o processo de revisão da carteira de projetos e da estratégia de parceria de país, realizados anualmente.

1.5 Mudanças Climáticas

O tema “Mudanças Climáticas” tem permeado a agenda das instituições financeiras internacionais, sobretudo o Banco Mundial. O Organismo, de forma crescente, tem buscado dar apoio ao desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza, na medida em que surgem riscos climáticos e oportunidades econômicas correlacionadas, e utilizar seu potencial para facilitar a ação global e interação entre os países.

No ano de 2008, a ASSES acompanhou a discussão do documento “*Quadro Estratégico sobre Mudança Climática e Desenvolvimento para o Grupo Banco Mundial*”, que estabelece a estratégia de atuação do Banco nesse segmento. Além disso, a Assessoria, em coordenação com a representação brasileira em Washington, acompanhou a criação, em julho, dos dois Fundos Climáticos do Banco – o Fundo Estratégico do Clima (SCF) e o Fundo de Tecnologia Limpa (CTF) - que pretendem abordar os desafios de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, respectivamente. No final de 2008, o Brasil foi escolhido como membro do Comitê Fiduciário do CTF.

1.6 Contribuições para a Agência Internacional de Desenvolvimento

A ASSES é responsável por acompanhar os processos de recomposição de capital da Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA). A IDA, organismo integrante do grupo Banco Mundial, é o principal instrumento multilateral de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). O Brasil é, entre os países em desenvolvimento, o maior contribuinte para a Agência. No ano de 2008, a ASSES tratou da 15ª recomposição da IDA, ainda em andamento.

2. Fundo Monetário Internacional

Analogamente à atuação no Banco Mundial, a ASSES coordena o relacionamento do Brasil no FMI em dois aspectos: Brasil como (i) cliente e (ii) membro. Tendo em vista que o País não possui programa ativo com o Fundo, a perspectiva Brasil-cliente concentra-se, atualmente, em assistência técnica e formação de pessoal, e acompanhamento da economia nacional com o objetivo de monitorar (*surveillance*) o sistema financeiro internacional.

Acerca da participação como associado, a ASSES mantém diálogo com a equipe do Diretor-Executivo do Brasil no FMI, a fim de acompanhar as discussões e votações nos diversos foros do Organismo e definir o posicionamento do Governo brasileiro sobre os temas. Ainda, a ASSES subsidia a participação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, representante do Brasil no Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC), nas Reuniões de Primavera e Anual, bem como na emissão de votos na Junta de Governadores.

Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades da Assessoria:

2.1 Reuniões Ministeriais do FMI

Cabe à ASSES analisar os documentos e propostas a serem discutidos nas reuniões do IMFC e preparar material para subsidiar a participação dos representantes brasileiros nesses eventos. Anualmente, ocorrem duas reuniões ministeriais, que em 2008 foram:

- (a) Reunião de Primavera (Londres, abril): os principais tópicos discutidos foram economia global e mercados financeiros; Reforma de Quotas e Voz; Modelo sustentável de financiamento do FMI; e estratégias para o orçamento de médio-prazo.
- (b) Reunião Anual (Washington, outubro): os temas tratados foram o aumento de preços de alimentos e de energia; a turbulência do mercado financeiro; reformas do FMI (*surveillance*, linhas de crédito e governança); e fundos soberanos.

2.2 Votos na Assembléia de Governadores do FMI

Assim como ocorre no Banco Mundial, a ASSES elabora notas técnicas para subsidiar a emissão de votos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Assembléia de Governadores do Fundo Monetário Internacional.

2.3 Reforma de Quotas e Voz do FMI

Em abril de 2008, a Assembléia de Governadores do FMI aprovou emendas ao Convênio Constitutivo do Fundo relativas ao segundo estágio da reforma da distribuição de quotas e do poder de voto. Na primeira etapa, aprovada em outubro de 2006, houve aumento “*ad hoc*” das quotas de participação de China, Coréia, México e Turquia. Nesse segundo estágio, mais abrangente, foi estabelecida fórmula única para o cálculo das quotas dos países-membros, com peso preponderante para o PIB e inclusão de metodologia de paridade de poder de compra (PIB PPP), a qual favorece a participação de países emergentes. Além disso, considerou-se uma renúncia voluntária a parcelas de quotas de alguns países do G7 (EUA, Alemanha, Itália e Alemanha), de forma a evitar poder de voto ainda maior para esse grupo na instituição. Para impedir que a participação das economias menores fosse prejudicada pelo maior peso conferido ao PIB, houve triplicação dos votos básicos. Conseqüentemente, a aprovação da Resolução no FMI promoveu aumento do poder de voto do Brasil de 0,377 (zero vírgula trezentos e setenta e sete ponto percentual), passando para 1,715% (um vírgula setecentos e quinze ponto percentual).

Para a internalização da modificação ao Convênio Constitutivo do FMI no Brasil, de acordo com o que reza o Artigo 49, Inciso I, da Constituição Federal, após a análise por órgãos do Poder Executivo, o texto será levado à apreciação do Congresso Nacional, o que possibilitará a ratificação via Decreto Presidencial.

2.4 Missões do FMI

No ano de 2008, a ASSES acompanhou as Missões do FMI ao Brasil para a elaboração e atualização do Relatório do Artigo IV, sobre *surveillance*, e algumas visitas técnicas a instituições oficiais.

3. G-24 - Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento

A SAIN é o ponto focal do Governo Brasileiro com o Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento (G-24). A Assessoria é responsável por acompanhar as discussões desse Organismo, cujo objetivo é apresentar e defender propostas (muitas das quais de iniciativa do Brasil) para o aperfeiçoamento do sistema monetário e financeiro internacional junto ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) do FMI e Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial (BIRD).

Em agosto de 2008, representante desta ASSES participou do XXVII Encontro do Grupo Técnico do G-24, em Genebra. Foram discutidas questões como a turbulência no sistema financeiro internacional e implicações para os países em desenvolvimento, as falhas na regulação financeira, as causas e impacto da crise dos alimentos, a reforma de voz e representação no Banco Mundial, mudanças climáticas e desenvolvimento e o financiamento para o desenvolvimento.

4. Mudanças Climáticas

A ASSES representa a SAIN nas discussões sobre os aspectos econômicos de mudanças climáticas. A ASSES representou a SAIN nas reuniões do Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, no qual o Secretário de Assuntos Internacionais é membro titular e o assessor, suplente. Este grupo elaborou, no primeiro semestre, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, submetida à apreciação do Congresso Nacional e, no segundo semestre, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no mês de dezembro.

No âmbito externo, a ASSES participou de seminário organizado pelo Ministério da Fazenda da Indonésia sobre os efeitos econômicos das mudanças climáticas em agosto, naquele país, e da Reunião da Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 14) sobre Mudança Climática, em Poznan, em dezembro.

5. Assistência Oficial ao Desenvolvimento

Cabe à ASSES acompanhar as discussões sobre Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), que incluem o financiamento para o desenvolvimento, a ajuda ao comércio, os mecanismos financeiros inovadores, os “*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*”, a “*Declaração de Paris sobre Efetividade da Ajuda*”, o “*Consenso de Monterrey*” e de “*Doha*” e outras iniciativas de assistência oficial. Ressalta-se que o tema possui forte ligação com o mandato de desenvolvimento e agenda do Banco Mundial.

Tendo em vista que no ano de 2008 foram completados 6 (seis) anos da “*Declaração de Monterrey*”, diversos encontros e reuniões internacionais de alto nível foram realizados no período para tratar da ajuda ao desenvolvimento. A ASSES enviou representante para os principais eventos, a saber:

- Painéis sobre a Implementação do “*Consenso de Monterrey*” (em abril, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos);
- III Fórum de Alto Nível de Accra sobre Efetividade da Cooperação Internacional (em setembro, em Accra, Gana);
- Conferência de Seguimento Internacional ao Financiamento do Desenvolvimento das Nações Unidas (em novembro, em Doha, Catar). Como principal resultado, foi adotada, por consenso, a “*Declaração de Doha sobre Financiamento para o Desenvolvimento*”, que consolida a parceria global para o desenvolvimento e reitera o compromisso da comunidade internacional de mobilização de recursos para atingir os objetivos internacionalmente acordados de desenvolvimento – dentre os quais, os objetivos de desenvolvimento do milênio (MDGs).

A ASSES elaborou, ainda, notas técnicas à respeito de propostas de novos mecanismos financeiros inovadores e sobre a participação brasileira em mecanismos já existentes, bem como, manteve diálogo a esse respeito com outros órgãos competentes.

6. OCDE - Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

Durante o ano de 2008, deu-se continuidade aos trabalhos relativos ao aprofundamento das relações com a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Ministério das Relações Exteriores coordena esse processo, denominado de “*enhanced engagement*”, no âmbito do Governo brasileiro. No Ministério da Fazenda, a SAIN, por meio da ASSES, tem a função de coordenadora dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos no âmbito desse órgão, conforme Portaria nº 214, de 28 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2007.

Em março de 2008, o MRE criou Grupos de Trabalhos para ampliar as análises dos instrumentos normativos da OCDE – o “*Acquis*” e, assim, construir posição de consenso no Governo brasileiro. Os GTs visam, também, identificar as áreas prioritárias em que o País tem interesse em aprofundar sua participação com aquele Organismo Internacional. O Ministério da Fazenda foi incluído em 7 (sete) dos 8 (oito) Grupos criados pelo MRE, a saber:

Grupos	Temas tratados
I	<i>Operações Correntes Invisíveis; Movimentos de Capital; Mercados Financeiros; Investimento Internacional e Empresas Multinacionais; Assuntos Fiscais; Seguro.</i>
II	<i>Concorrência; Aço; Construção Naval e Transporte Marítimo; Comércio; Estatística; Turismo</i>
III	<i>Assistência ao Desenvolvimento</i>
IV	<i>Governança Corporativa; Gestão Pública; Anti-Corrupção</i>
V	<i>Meio Ambiente, Energia, Energia Nuclear</i>
VI	<i>Política Científica, Industrial e Tecnológica, Política de Informação, Computação, Comunicações</i>
VII	<i>Políticas para o Consumidor</i>

Ressalte-se, ainda, que a OCDE, com o intuito de apoiar nosso processo de “*enhanced engagement*”, vem intensificando no último ano a produção de estudos a respeito do Brasil, além de ter criado um espaço específico em seu site oficial para divulgar relatórios, notícias e estatísticas sobre o País (www.oecd.org/brazil).

Quanto ao Comitê de investimentos da OCDE, a ASSES acompanhou o tema até março, quando o assunto foi redistribuído para a COINT.

Em novembro, coube à ASSES coordenar e acompanhar a primeira visita dos técnicos do departamento econômico da OCDE ao Brasil. Estes técnicos pretendem lançar, em 2009, uma nova versão do “*Brazil Economic Outlook*”. Foram realizadas visitas em diversas secretarias do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Minas e Energia, dentre outros.

7. Ponto de Contato Nacional

O Ponto de Contato Nacional (PCN) foi instituído, no Brasil, pela Portaria MF nº 92, em 12/05/2003, sendo composto por representantes de nove Ministérios (da Fazenda; das Relações Exteriores; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Trabalho e Emprego; da Justiça; do Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e do Banco Central, ficando a coordenação do grupo a cargo da SAIN, por meio desta ASSES. O PCN destina-se a promover e implementar as Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O PCN - Brasil, dentro de sua função precípua de zelar pela efetiva implementação e divulgação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, exerce dois tipos de trabalhos. O primeiro, mais pró-ativo, consiste em tarefas de divulgação e promoção; o outro, de caráter reativo, que tem como principal foco a análise de reclamações de descumprimento das diretrizes.

No que diz respeito à primeira dimensão – divulgação e promoção – o trabalho do PCN-Brasil deverá ser aprimorado e ampliado a partir da estruturação da unidade do PCN no Núcleo de Trabalho da SAIN, situado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), que está geograficamente mais próximo do público-alvo das Diretrizes (representantes das indústrias, dos trabalhadores, ONGs, etc.). Relativamente à segunda categoria do trabalho, o PCN - Brasil recebe denúncias de violação das Diretrizes para Empresas Multinacionais e inicia um processo de negociação com as partes para a solução do problema, buscando, em última análise, garantir que as mencionadas orientações da OCDE sejam efetivamente implementadas.

Em 2008, não chegou ao PCN - Brasil nenhuma nova reclamação. Não obstante, foi dada continuidade ao tratamento das reclamações existentes, conforme quadro a seguir, que apresenta alguns processos que mereceram atuação mais expressiva durante o ano de 2008.

Número da reclamação	PCN envolvido	País onde ocorreu o fato	Tópicos sob análise	Capítulos das diretrizes	Status	Relatório final
-	Brasil	Brasil	Representação de trabalhadores em sindicatos	Capítulo IV	Deliberação PCN: Arquivamento	Sim (a ser enviado)
01/2005 03/2007	Brasil	Brasil	Demissão de funcionários	Capítulo II e IV	Em Andamento. Proposta de Relatório final pronta a ser apreciada na próxima reunião interministerial.	Não
01/2006	Brasil	Brasil	Meio ambiente e saúde de trabalhadores	Capítulo V	Concluído. Após uma longa mediação e diversas reuniões com as partes em confronto, o PNC brasileiro, em 25 de março de 2008, decidiu arquivar a reclamação contra empresa multinacional Shell.	Sim
03/2007	Brasil	Brasil	Recusa em negociar a participação em lucros e resultados	Capítulo II e IV	Em Andamento. Aguardando informações das partes.	Não
05/2007	Brasil	Paraguai	Demissão de funcionários	Capítulo II e IV	Em Andamento. Aguardando informações das partes.	Não
06/2007	Brasil	Brasil	Organização Movimento Cansei	Capítulo II, item 11	Rejeitada	-
07/2007	Brasil	Brasil	Emprego e relações industriais	Capítulo III e IV	Em Andamento. Aguardando informações das partes.	Não

No que se refere às tarefas de organizar e participar de reuniões, encontros e seminários houve, no âmbito nacional, em março, uma reunião interministerial com a presença dos membros governamentais e de representantes sindicais como observadores. No âmbito internacional, ocorreram, principalmente, três eventos com a participação do PCN - Brasil:

- Encontro Anual de Pontos de Contato Nacionais dos países signatários das Diretrizes da OCDE, em junho, em Paris, França. Na ocasião, discutiu-se o Relatório das Atividades no Brasil do período 2007-2008;
- 2º. Encontro Regional de Pontos de Contato Nacionais (PCNs) das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais na América Latina, de caráter governamental, em maio/2008, em Buenos Aires, Argentina; e
- Seminário promovido em conjunto pelo Comitê Consultivo Sindical para a OCDE (TUAC) e a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) sobre a Implementação das Diretrizes na América Latina, em novembro, em Buenos Aires, Argentina.

Os eventos internacionais permitiram conhecimento mais detalhado da realidade de funcionamento dos Pontos de Contato de diferentes países por meio da troca de experiências, além do debate direto com representantes trabalhistas. Observou-se que muitos dos desafios são compartilhados pelos diversos PCNs, tais como: baixa institucionalização (quadro de pessoal reduzido, rotatividade de seus representantes, baixo apoio político), dificuldades para atendimento das demandas de representantes sindicais e de entidades não-governamentais, limitada divulgação das Diretrizes junto às empresas, reduzida experiência para lidar com situações-problema, dentre outros.

8. Outros Assuntos

- **CAMEX – GECEX**

A ASSES contribuiu com a Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT, assessorando o Secretário de Assuntos Internacionais nos temas de sua competência.

- **Investimentos**

- (i) Acordos Internacionais de Investimentos**

Em 12 de março de 2008, no Rio de Janeiro (RJ), a ASSES participou da reunião do Grupo de Trabalho para a criação de mecanismo de solução de controvérsias sobre Investimentos no âmbito da UNASUL. A partir de maio, o tema foi redistribuído para a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL.

- (ii) SGT-12**

No primeiro semestre, não houve reunião do SGT-12, sob a Presidência Argentina. No segundo semestre, o tema foi redistribuído à COPOL, de modo que aquela coordenação ficasse inteiramente responsável pelos temas ligados ao MERCOSUL na SAIN.

- (iii) Estudos na área de Investimentos**

Em julho de 2008, foi produzido trabalho técnico sobre incentivos tributários e não-tributários nas esferas federal, estadual e municipal para atração de investimentos no Brasil, distribuído para diversos órgãos do Ministério da Fazenda, inclusive para a Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais - SEREF. O trabalho servirá também para subsidiar as negociações no SGT-12, agora sob coordenação da COPOL, uma vez que o tema é de interesse de parceiros do MERCOSUL.

- (iv) Outros**

A ASSES participou do Seminário sobre os Desafios do Pré-Sal, promovido pelo Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no Rio de Janeiro (RJ), em 29.08.2008;

- **G-20 Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais**

A ASSES auxiliou a CAECO, responsável pelo Secretariado do G-20 durante a presidência do Brasil no ano de 2008, na elaboração de alguns trabalhos técnicos relacionados às reuniões realizadas pelo Grupo, notadamente no que tange ao uso de energia e mudanças climáticas. Em maio de 2008, a ASSES participou de seminário técnico do G-20 em Londres, ligado ao tema. Em novembro, os servidores estiveram envolvidos na organização da Reunião Ministerial do G-20, que ocorreu em São Paulo.

- **Assuntos Econômicos**

Como a Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos – CAECO ocupou-se das atividades relacionadas à Presidência Brasileira do G-20, a ASSES ficou responsável durante o ano de 2008 por elaborar e atualizar os informes mensais de Indicadores Macroeconômicos.

Os informes mensais de Indicadores Macroeconômicos, divulgados no site da Secretaria (<http://www.fazenda.gov.br/SAIN>), são divididos em 4 partes:

- a) Notas explicativas sobre os fatos mais significativos da conjuntura econômica internacional;
- b) Estatísticas de países selecionados, como taxas cambiais, PIB, taxas de inflação, entre outras;
- c) Projeções de crescimento dos principais países desenvolvidos (EUA, União Européia, Japão), assim como mercados emergentes (por exemplo, China, Rússia, Índia, México e Argentina); e
- d) Gráficos com a trajetória de preços de commodities, preços do petróleo, minérios, mercados financeiros, entre outros. Os Indicadores Macroeconômicos circulam internamente no Ministério da Fazenda.

Perspectivas para 2009

Em 2009, a ASSES deverá aprofundar o relacionamento desta SAIN com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além de acompanhar os temas mudanças climáticas e ajuda oficial ao desenvolvimento. A ASSES continuará colaborando com os trabalhos do G-20, dada a existência de temas relacionados ao Banco Mundial e ao FMI no plano de trabalho desse Grupo para 2009.

Por razões de reorganização interna, os temas OCDE e PCN - Brasil serão redistribuídos para a CAECO.

2.2.3 Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO

As atividades previstas no Regimento Interno para a Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO estão a seguir relacionadas:

- Coordenar e acompanhar atividades referentes ao relacionamento com organismos financeiros e multilaterais internacionais;
- Executar estudos e assessoria técnica em assuntos de conjuntura econômica internacional e em política econômica externa;
- Acompanhar e reportar aspectos relevantes da conjuntura econômica internacional e de economias estratégicas; e
- Coordenar e acompanhar tarefas relacionadas à participação do Brasil em grupos formais ou informais de países na discussão de assuntos econômicos.

Temas Desenvolvidos

1. Coordenação e Organização das Reuniões do G-20 Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais

Considerada a atividade de maior destaque entre aquelas realizadas pela CAECO, no ano de 2008, o exercício da Presidência brasileira no Grupo dos Vinte (G-20) implicou o envolvimento mais ativo da SAIN nas suas atividades, tendo em vista que o Secretariado daquele fórum foi ali instalado. Coube à CAECO coordenar os trabalhos relacionados à realização das reuniões do G-20. A maior parte de suas atribuições habituais, por esta razão, foram redistribuídas em 2008.

O Secretariado do G-20 é encarregado do funcionamento do Grupo, em termos de organização de reuniões, tendo responsabilidade direta pela organização de uma reunião em nível ministerial, duas em nível de suplente (vice-ministros ou *Deputies*), além de auxiliar na organização de três seminários. É também responsável pela elaboração de todos os documentos discutidos pelo Grupo e pela preparação de todas as reuniões, por meio da Gerência de Logística, esta exercida especificamente pela CAECO.

As obrigações referentes à Presidência do G-20 foram compartilhadas entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil. As questões de logística ficaram a cargo deste Ministério, enquanto o gerenciamento do “*website*” do Grupo ficou a cargo do Banco Central do Brasil.

Os principais aspectos que abrangeram a organização logística a cargo dessa SAIN foram: planejamento das atividades; gerenciamento de inscrições; assistência e preparação dos arranjos de chegada e partida das autoridades participantes; administração da estada dos Delegados; gestão de aspectos de segurança de dignitários; definição e negociação de contratos e/ou licitações.

Além de ser responsável pelos aspectos de logística, a SAIN, por meio da unidade do Secretariado do G-20, teve ação igualmente focada na definição de agendas, de documentos a serem discutidos e de sumários das reuniões.

Com a participação da equipe técnica dessa SAIN, foram realizados, no exterior, três seminários, relacionados a seguir, que aprofundaram os temas definidos na Programa de Trabalho do G-20 para 2008, elaborado pelo Secretariado do G-20:

- Competição no Setor Financeiro, nos dias 16 e 17 de fevereiro, em Bali, Indonésia;
- Energia Limpa e Mercados Globais, nos dias 15 e 16 de maio, em Londres, Reino Unido;
- Espaço Fiscal para Crescimento e Inclusão Social, nos dias 19 e 20 de junho, em Buenos Aires, Argentina;

Os eventos de maior destaque foram realizados no Brasil e estão, a seguir, relacionados:

- (a) 1ª. Reunião de Vice-Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais, em Brasília (DF), de 15 e 16.3.08;
- (b) 2ª. Reunião de Vice-Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais, no Rio de Janeiro (RJ), de 30 e 31.8.08;

(c) Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais, em São Paulo (SP), de 8 e 9.11.08

Realizada em Brasília (DF), nos dias 14 e 15 de março, a primeira reunião de *Deputies* do G-20 teve como objetivo a discussão de temas relativos às perspectivas e riscos da economia global, com enfoque especial à resiliência mostrada pelos mercados emergentes; a aspectos gerais e troca de experiências sobre competição no setor financeiro; à conclusão do grupo de estudo sobre a História do G-20; e definição do processo de reforma do FMI e seguimento da reformas em andamento no Banco Mundial.

Durante a segunda Reunião de *Deputies* do G-20, nos dias 30 e 31 de agosto de 2008, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), as sessões convergiram para aspectos do agravamento da crise econômica mundial, com especial atenção para a inflação global e a crise nos mercados financeiros globalizados; política fiscal para estabilidade e crescimento; revisão dos instrumentos de empréstimos do FMI; energia limpa e mercados globais. Ademais, foram estudados meios de melhorar a efetividade dos trabalhos do G-20.

Na reunião ministerial, nos dias 8 e 9 de novembro, ocorrida em São Paulo (SP), os Ministros da Fazenda e os Presidentes de Bancos Centrais do G-20 discutiram a evolução da economia e da estabilidade financeira mundiais; as respostas de políticas fiscais à crise; inflação e mercados globais, desenvolvimento e perspectivas. Ao final desta reunião, os Ministros e Presidentes de Bancos Centrais divulgaram comunicado que serviu de base para a Cúpula do G-20, realizada nos Estados Unidos da América (EUA)

Pela primeira vez, dada a importância e urgência dos assuntos tratados pelo G-20, foi realizada a Reunião de Líderes do G-20, em Washington, Estados Unidos da América, em 15 de novembro de 2008. Como resultado do encontro, foi publicada a Declaração dos Líderes do G-20, com percepções sobre a crise econômica mundial e indicação de 47 (quarenta e sete) ações que deveriam ser implementadas pelos órgãos reguladores financeiros e pelos responsáveis pela política econômica desses países, com ênfase especial na solidez da regulação e no fortalecimento da transparência; no reforço da cooperação internacional e na promoção da integridade dos mercados financeiros; na reforma das instituições financeiras internacionais, em particular do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

2. Reuniões dos Ministros da Fazenda do Brasil, Rússia, Índia e China

A CAECO coordenou e organizou também, em 29 de agosto, à margem da segunda Reunião de Vice-Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais do G-20, no Rio de Janeiro (RJ), a reunião preparatória para a primeira Reunião de Ministros das Finanças do Brasil, da Rússia, da Índia e da China (BRIC), onde foram definidas a data de realização, a agenda e outros critérios de participação e divulgação de documentos.

Os Ministros de Finanças do Brasil, da Rússia, da Índia e da China realizaram sua primeira reunião em São Paulo (SP), às vésperas da Reunião dos Ministros de Finanças e dos Diretores dos Bancos Centrais do G-20, em 7 de novembro de 2008. O principal foco de discussão dos Ministros foi a atual crise financeira, suas dimensões, cenários futuros, experiências e reações políticas dos BRICs.

O Grupo decidiu que reunir-se-ia regularmente a partir de então, sempre que possível em paralelo à reunião de Ministros e Presidentes de Bancos Centrais do G-20.

3. Reuniões do G-4 e México

Ao longo de 2008, a CAECO organizou todos os aspectos de logística das reuniões do grupo denominado informalmente de G-4, composto pelos Ministérios da Fazenda do Brasil, China, Índia e África do Sul. No final do ano, o México foi incluído na composição do grupo.

Os Vice-Ministros de Finanças do chamado G-4, com a presidência da China em 2008, estabeleceram seu primeiro diálogo do ano em 14 de março, por ocasião da primeira Reunião de Vice-Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Brasília (DF). Os temas discutidos abrangeram o crescimento da economia internacional e a estabilidade financeira; aspectos do tema desenvolvimento sustentado; estrutura de governança econômica global; e o fortalecimento da cooperação entre os países do G-4. Foram também convidados a participar da reunião os Diretores de Bancos Centrais desses países.

O segundo encontro do Grupo ocorreu em 11 de abril, em Washington, Estados Unidos da América, à margem das Reuniões de Primavera do FMI e do Banco Mundial. Os Vice-Ministros de Finanças do G-4 debateram sobre desenvolvimento econômico mundial e coordenação do Grupo junto a estruturas multilaterais.

O Grupo reuniu-se em seu terceiro diálogo econômico-financeiro em 29 de agosto no Rio de Janeiro (RJ), à época da 2ª Reunião de Vice-Ministros de Finanças e Diretores de Bancos Centrais do G-20. Representantes dos Bancos Centrais do Brasil e da China também participaram do encontro. Foram abordados assuntos relacionados à sustentabilidade da dívida, à implementação da revisão do Consenso de Monterrey, à reforma de governança do Banco Mundial e aos instrumentos de empréstimos do FMI.

Em 10 de outubro, os Ministros de Finanças do G-4 reuniram-se novamente em Washington, Estados Unidos da América, para discutir a situação econômica global e turbulências financeiras, focando nas consequências para os mercados emergentes, o financiamento para o desenvolvimento; a Conferência de Doha, e a reforma do Banco Mundial.

A primeira reunião dos Ministros de Finanças e dos Presidentes de Bancos Centrais da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México (G-4 acrescido de México, ou G-5) realizou-se no dia 7 de novembro em São Paulo (SP), paralelamente à Reunião Ministerial do G-20. Os principais assuntos discutidos foram: economia global e situação financeira, voz e participação na reforma do Banco Mundial e a reforma da governança internacional.

2.2.4 Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI tem sob sua responsabilidade a condução de atividades que envolvem o financiamento com recursos públicos das exportações brasileiras, a recuperação de créditos soberanos e a captação de recursos externos para financiamento de projetos em território nacional.

Os órgãos colegiados nos quais a COAFI é membro ativo, representando a SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para a alavancagem

das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação/manutenção do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como a elevação do ingresso de divisas no país.

Adicionalmente, em função da Lei nº 11.281, de 20.2.2006, que transferiu do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SAIN as atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, a COAFI exerce e conduz as atividades relativas à esta nova atribuição. A SAIN, em nome da União, autoriza a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SE, lastreada com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

A COAFI exerce também as demais atribuições relativas ao Seguro de Crédito à Exportação - SE, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme Portaria MF nº 286, de 2.12.2008. A COAFI está absorvendo estas funções enquanto aguarda a criação da Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

Temas Desenvolvidos

1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, foi criado pelo Decreto nº 4.993, de 18.2.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 1.1.2004, pela Medida Provisória nº 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19.03.2004, pela Portaria MF nº 45, de 18.3.2004.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia da União. Assim, a partir da criação do referido Comitê, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

A Presidência do COFIG é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e sua Secretaria-Executiva está à cargo da SAIN, representando o Ministério da Fazenda. O Comitê é composto, ainda, por representantes do Ministério das Relações Exteriores – MRE, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional – STN)

Participam também do COFIG, como convidados, representantes do Banco do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; desta SAIN, como mandatária da União para prestação de garantia do SCE; e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE.

1.1 Secretaria-Executiva

Em 2008, a SAIN, no exercício da atividade de Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela COAFI, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, prestando assessoria ao Presidente e Membros do COFIG, distribuindo documentação aos representantes, propondo pautas para as reuniões, providenciando informações necessárias à instrução das matérias a serem submetidas à apreciação e deliberação do Comitê, elaborando pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenando reuniões do Grupo de Apoio Técnico – GAT e reuniões de Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao PROEX e ao FGE.

1.2 Reuniões

As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias são realizadas com a presença de pelo menos 5 (cinco) membros do Comitê (titulares ou suplentes), dentre eles o Presidente ou o Secretário-Executivo, para deliberar sobre os diversos assuntos da pauta. As Reuniões do GAT são realizadas dois dias antes das reuniões ordinárias, com participação dos representantes suplentes e assessores, para discussão técnica dos assuntos da pauta.

No exercício de 2008 foram realizadas, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do COFIG, 12 (doze) Reuniões Ordinárias (42^a a 53^a), precedidas das reuniões do GAT, e 02 (duas) Reuniões Extraordinárias (13^a e 14^a).

1.3 Regimento Interno

O Regimento Interno do COFIG teve trabalhos de revisão, adaptação e atualização, entre os quais os decorrentes da transferência de atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE do IRB - Brasil Resseguros S.A. para esta Secretaria. O texto final revisado do Regimento Interno foi aprovado por ocasião da 31^a Reunião Ordinária do COFIG, realizada em 28/2/2007, contemplando as alterações promovidas pela Lei n° 11.281/2006. Esta sendo aguardada a publicação do Decreto que irá alterar o Decreto n° 4993/2004, o qual trata da criação do COFIG, para os devidos ajustes e posterior publicação do Regimento Interno do Comitê, após exame pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

2. Grupos de Trabalho

A COAFI, em face das suas atribuições, incluindo o mandato conferido pela União para operar o SCE, participou ou coordenou os seguintes Grupos de Trabalho ao longo do exercício de 2008:

2.1 GT - MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas):

Criado pelo COFIG, em sua 21^a Reunião Ordinária, realizada em 29.3.2006, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, com o objetivo de discutir e apresentar proposta para a implementação do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) como mecanismo de apoio à exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME.

Em outubro de 2006, mediante consulta extraordinária, o projeto de apoio às MPME foi aprovado pelos Ministros da CAMEX, ficando pendente a atualização dos normativos que regem a matéria para implementação do mecanismo.

Em maio de 2008 foram publicados os normativos (Medida Provisória nº 429, de 12.5.2008, convertida na Lei nº 11.786, de 25.10.2008, e a Resolução CAMEX nº 29, de 13.5.2008) que permitiram, entre outras providências, a utilização do FGE pelo segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME.

A partir de maio de 2008 foram realizadas diversas reuniões do grupo de trabalho, que teve participação de representantes das Secretarias de Assuntos Internacionais – SAIN e do Tesouro Nacional – STN, do Banco do Brasil S.A. – BB e da Seguradora de Crédito à Exportação – SBCE, para a discussão dos modelos de Certificados de Garantia a serem utilizados pelas MPME e para elaboração de sugestões à CAMEX de forma a propiciar condições de ampliação da participação das MPME na base exportadora brasileira. Entre estas propostas está a melhor adequação dos recursos do FGE e a possibilidade das MPME poderem, como as demais empresas, encadear o pré-embarque com o PROEX/Financiamento, tornado mais efetivo o SCE com o FGE.

2.2 GT-FGE/Setor Aeronáutico – Acordo Operacional de Retomada e Comercialização de Aeronaves:

As perspectivas de ampliação das exportações do setor aeronáutico e a proposta do BNDES de alteração da participação do banco na estrutura da operação de recuperação das aeronaves, em caso de sinistro, levaram à criação de grupo de discussão do assunto, com a participação do BNDES, SBCE, SAIN e STN, para definir os novos procedimentos a serem adotados.

• Reuniões sobre o tema em 2008:

- (a) **Em 16.7.2008** - reunião na PGFN sobre o modelo de Certificado de Garantia proposto para o Setor Aeronáutico; e
- (b) **Em 6.8.2008** - reunião na PGFN para discussão do modelo de Certificado de Garantia para o Setor Aeronáutico.

Estes trabalhos foram concluídos em 2008, com a aprovação pela PGFN do modelo de Certificado de Garantia específico para o mercado norte-americano.

2.3 GT - FGE/Setor Aeronáutico - Entendimento Setorial Aeronáutico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE: Outro assunto que foi objeto de discussão no âmbito do COFIG diz respeito à definição dos membros da delegação brasileira com o objetivo de atuar nas negociações sobre a adesão do Brasil ao “Entendimento Setorial Aeronáutico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE“. A parte brasileira, sob coordenação do MRE, contou também com representantes do BNDES, MDIC, SBCE e STN, e as discussões internas contaram com a ativa participação da Secretaria-Executiva do COFIG.

• **Principais eventos sobre o tema em 2008 com participação da COAFI:**

(a) **Em 5.3.2008** - reunião de coordenação para avaliação da participação brasileira na reunião dos Participantes do Entendimento Setorial Aeronáutico e preparação para o encontro de 24 e 25.04.2008, sobre o tema na sede da OCDE, em Paris, França; e .

(b) **Em 03 a 5.9.2008** – participação de servidor da COAFI no Seminário Técnico sobre o Mecanismo de Atualização dos Prêmios de Risco do Entendimento Setorial Aeronáutico da OCDE (Aircraft Sector Agreement - ASU).

2.4 GT – PROEX/Utilização do Orçamento no Programa: Por deliberação da CAMEX, em sua LIII Reunião, realizada em 22.8.2007, o COFIG, em sua 37ª Reunião Ordinária, ocorrida em 28.8.2007, instituiu este GT com o propósito de avaliar alternativas para incrementar a utilização do orçamento do PROEX e propor medidas que permitam a eliminação dos entraves à utilização eficiente dos recursos do Programa. A reunião de instalação do GT ocorreu em 19.12.2007. Apresentamos, em seqüência, os principais eventos sobre o tema em 2008 que contaram com a participação da COAFI:

Data	Evento
12.2.08	Reunião técnica que deu continuidade aos temas de financiamento e equalização de taxas, tratados no encontro anterior, de 19.12.2007, além de tratar de outros assuntos associados ao Programa.
21.2.08	Reunião técnica que teve como objetivo avaliar e decidir sobre alterações no PROEX, para viabilizar o aumento de operações por ele financiadas, dando seqüência à reunião anterior.
6.3.08	Reunião técnica que tratou de aspectos operacionais do Programa e de mecanismos de lastro para alavancar o PROEX até 2010. Houve entendimento dos componentes do GT da relevância na promoção encontros semestrais de membros do COFIG com entidades de classe para serem debatidos assuntos relativos ao Programa.
13.3.08	Reunião técnica que abordou medidas sobre a alavancagem das operações do PROEX/Equalização, estímulo às empresas que ofereçam produtos com a agregação de engenharia nacional e prosseguiu no debate dos temas expostos nas reuniões anteriores.
19.3.08	Reunião técnica que discutiu propostas a serem submetidas ao COFIG e o Relatório Parcial a ser apreciado por aquele Comitê para posterior encaminhamento à CAMEX
17.4.08	Reunião técnica com a apresentação de dados sobre o impacto orçamentário do PROEX. Foi realizada discussão sobre a versão final do Relatório do grupo de trabalho, além de debates acerca da revisão dos critérios de enquadramento das operações <i>intercompanies</i> no PROEX/Equalização, com sugestões de alteração.
16.7.08	Reunião técnica para a conclusão das discussões sobre o PROEX/Equalização. Apresentada proposta conjunta com o Banco do Brasil S.A. e à Secretaria de Serviços, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, sobre o setor de Audiovisual.
24.9.08	50ª Reunião Ordinária do COFIG quando foi aprovado o encaminhamento do Relatório Final do GT ao Conselho de Ministros da CAMEX.
4.11.08	LX Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX quando foi aprovado o Relatório Final do grupo de trabalho.

2.5 GT PROEX Pré-Embarque: criado pelo COFIG em sua 50ª Reunião Ordinária, realizada em 24.9.2008, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do Comitê, com o objetivo de analisar a viabilidade de regulamentar o financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), na fase de produção de bens e serviços para exportações (Pré-embarque).

Em 18.12.2008, a primeira reunião do grupo técnico, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, que tratou de aspectos do público-alvo do Programa, dos seus recursos financeiros, da obtenção de garantias e de outros mecanismos vinculados à essa modalidade de financiamento.

3. Notas Técnicas

A COAFI elaborou, em 2008, 17 notas técnicas discriminadas a seguir:

- **FGE:** Nota Técnica nº 023, de 18.1.2008, para o Senhor Secretário-Adjunto, que trata da renovação do contrato da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE;
- **FGE:** Nota Técnica nº 026, de 21.3.2008, para o Senhor Secretário de Assuntos Internacionais, que trata da renovação do contrato da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE;
- **PROEX:** Nota Técnica nº 202, de 2.5.2008, para CAMEX, que encaminhou relatório parcial do GT PROEX/Utilização do Orçamento no Programa;
- **FGE:** Nota Técnica nº 520, de 24.10.2008, para CAMEX, que tratou da alteração da Resolução CAMEX nº 29/2008;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 527, de 30.10.2008, para CAMEX, com proposta de alteração do Decreto nº 4993/2004, que dispõe sobre a criação do COFIG ;
- **PROEX:** Nota Técnica nº 528, de 30.10.2008, para CAMEX, que encaminhou o Relatório final do GT-PROEX;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 529, de 30.10.2008, para CAMEX, que trata da operação Projeto de Desenvolvimento de Turismo de Cuba, com garantia do SCE e equalização de taxas de juros pelo PROEX;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 530, de 30.10.2008, para CAMEX, que trata de operações de Cuba, com garantia do SCE e equalização de taxas de juros pelo PROEX;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 531, de 30.10.2008, para CAMEX, que trata de operações de Cuba, com garantia do SCE, ao amparo do FGE;
- **PROEX:** Nota Técnica nº 532, de 30.10.2008, para CAMEX, que trata da aprovação de operações para empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 150 milhões no PROEX-Financiamento;
- **PROEX:** Nota Técnica nº 533, de 30.10.2008, para CAMEX, que trata da alteração da Resolução CAMEX nº 27/2008, que dispõe sobre o enquadramento de empresas autorizadas a utilizar o PROEX-Financiamento;
- **FGE:** Nota Técnica nº 534, de 30.10.2008, para CAMEX, que trata da alteração da Resolução CAMEX nº 29/2008, que dispõe sobre o SCE nas operações das MPME nas fases de pré e pós-embarque;
- **FGE:** Nota Técnica nº 580, de 9.12.2008, para CAMEX, que trata de Projeto Desenvolvimento de Turismo em Cuba;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 581, de 9.12.2008, para CAMEX, que trata de Pólo Científico em Cuba;

- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 582, de 9.12.2008, para CAMEX, que trata da Autopista Nacional e Complexo Viário da Entrada de Havana em Cuba;
- **COFIG:** Nota Técnica nº 582, de 9.12.2008, para CAMEX, que trata do Decreto nº 4.993/2004 – Nova Redação;
- **FGE:** Nota Técnica nº 611, de 29.12.2008, para o Senhor. Secretário, substituto, que trata da Repactuação do Contrato da SBCE.

4. Negociações Bilaterais

- **Bolívia:** Ao longo de 2008 ocorreram várias negociações entre os governos brasileiro e boliviano, no Brasil e na Bolívia, sobre o apoio do Brasil para a construção de rodovias naquele país. A CAMEX, em sua LVIII Reunião do Conselho de Ministros, realizada em 3.7.2008, aprovou o financiamento de exportação de bens e serviços brasileiros para a construção da Rodovia Hacia El Norte, compreendendo dois trechos (Rurrenabaque – El Choro e El Choro – Riberolta).

- **Cuba:** Foi aprovado crédito concessional na LVIII Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX para amparar a exportação de bens a serem utilizados em centros de pesquisa em saúde naquele país.

O COFIG em na sua 44ª Reunião Ordinária, realizada em 26.03.2008, aprovou a ampliação do limite de exposição de Cuba para exportações brasileiras de alimentos para aquele país.

- **Gana:** Em 9.4.2008 foi realizada reunião técnica na Secretaria Executiva da Camex, com participação de representantes da Casa Civil, MAPA, MDIC, MF, MPOG, MRE, Banco do Brasil, BNDES e SBCE, que tratou sobre financiamento para construção de hidrelétricas naquele país.

Em 1.10.2008 foi realizada reunião no âmbito do MF com delegação da República de Gana para tratar do financiamento de exportações brasileiras relacionadas à construção das usinas hidrelétricas Juale e Pwalungu, naquele país.

- **Honduras:** Em 16.9.2008 foi realizada reunião de representantes do COFIG com delegação do Governo de Honduras que tratou da possibilidade de financiamento brasileiro para a construção da Rodovia Tegucigalpa – Catacamas, no território daquele país.

5. Fundo de Garantia à Exportação – FGE / Seguro de Crédito à Exportação - SCE

Em decorrência da transferência, do IRB – Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, das atribuições referentes à concessão de garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários, assumidas em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, esta Secretaria, por meio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, examinou as solicitações de exportadores brasileiros abaixo listadas, com vistas à autorização da concessão de garantia pela União, dentro da alçada da SAIN/COAFI ou do COFIG.

Natureza da Operação	Quantidade	Países / Destino	Valor Exportação (US\$)	Prêmios Previstos (US\$)
Promessa de Garantia	67 *	12	5.347.813.555,27	214.527.114,49
Certificado de Garantia	38 **	7	1.387.576.439,46	87.633.609,90
Apólices/Aditamentos	2	1	24.770.968,51** *	1.097.306,18
Indeferimentos	6	3	6.710.365,00	-

(*) Foram analisadas 67 (sessenta e sete) Promessas de Garantia, com a elaboração 52 (cinquenta e dois) pareceres adicionais da COAFI/SAIN referentes a reapresentações, renovações e renovações com alterações das PGs, totalizando 119 (cento e dezenove) manifestações técnicas da COAFI/SAIN.

(**) Foram analisados 30 (trinta) Certificados de Garantia, com a elaboração de 9 (nove) pareceres adicionais da COAFI/SAIN referentes a acréscimos e aditamentos ao CG nº 280/06, totalizando 39 (trinta e nove) manifestações técnicas da COAFI/SAIN.

(***) O valor assinalado corresponde a soma dos financiamentos à exportação das duas operações.

Os pleitos foram distribuídos conforme o encaminhamento conferido a cada um deles. Assim, as operações foram divididas em: Promessas de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (67); Certificados de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (38), na forma de Condições Particulares e, eventualmente, também como Condições Especiais; Aditamentos às Apólices anteriormente emitidas, uma vez que ainda se encontram em vigência as garantias conferidas antes da assunção do serviço pelo IRB (2); bem como em operações que não tiveram o risco aprovado e, por isso, foram objeto de indeferimento (6). Os pleitos examinados pela COAFI totalizaram US\$ 6,76 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 303,1 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, a serem recolhidos de acordo com o cronograma de desembolso das operações.

Vale ressaltar que todas as operações mencionadas foram objeto de análise pela empresa contratada para operar o Seguro de Crédito à Exportação - SCE, cujo “Relatório Executivo” específico para cada operação, envolvendo a análise econômico-financeira do importador, o risco-país, a análise setorial e o histórico das empresas envolvidas, foi tempestivamente submetido à apreciação desta Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, do COFIG e, conforme o caso, também à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Sobre os sinistros verificados ao longo de 2008, o Fundo de Garantia à Exportação - FGE efetuou indenizações no montante de R\$ 853 mil. Os valores recuperados após a indenização, mediante ações de cobrança judicial e extrajudicial, atingiram o montante de R\$ 437 mil.

5.1 Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Foram realizadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação – SCE, ao amparo do Fundo de Garantia de Exportação – FGE, 15 consultas à PGFN, sobre Certificados de Garantia, Pagamentos de Indenizações, além de outros assuntos vinculados ao SCE.

5.2 Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

5.2.1 Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para 2009

Foram tomadas as seguintes providências acerca da Proposta Orçamentária do FGE para o ano de 2009:

(a) **Em 11.6.2008** - Encaminhamento à SPOA/SE/MF da Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para o exercício de 2009, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, com a colaboração do Grupo Técnico do COFIG, da ordem de R\$ 749,5 milhões de receitas e R\$ 81,8 milhões de despesas;

(b) **Em 11.6.2008** - Encaminhamento à SPOA/SE/MF de Formulário de Cadastramento de Operação Especial para criação de rubrica orçamentária no FGE referente à despesa com recuperação e recomercialização de aeronaves;

(c) **Em 25.7.2008** - A COAFI enviou à SPOA/MF o mapa com a distribuição dos valores entre as duas rubricas orçamentárias do FGE, conforme limite orçamentário global fixado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, alertando que os recursos disponibilizados seriam insuficientes para atender os compromissos que o Fundo possui para 2009;

(d) **Em 6.8.2008** - Foi encaminhado à SPOA/MF, por intermédio do Memorando nº 369/COFIG/MF, o valor necessário ao cumprimento das despesas essenciais não contempladas na totalidade pelo limite de R\$ 12,2 milhões, disponibilizados ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE para 2009. A SAIN fez uma revisão dos números e, em relação à proposta inicial, informou redução de 41% no valor das despesas previstas do Fundo; e

(e) **Em 8.8.2008** – A COAFI encaminhou à SPOA o quadro de distribuição do novo limite de recursos ao FGE no valor de R\$ 22,0 milhões.

5.2.2 Orçamento do FGE para 2008: A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Fundo.

5.3 Demais Atividades relacionadas ao FGE

5.3.1 Exposição do FGE em 2008: Foi informado mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional – STN o montante do risco assumido pelo Tesouro, decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.

5.3.2 Relatório de Metas do FGE para 2008: Foi efetuada a elaboração de relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2008, aprovadas pelo COFIG em sua 46ª Reunião Ordinária, de 28.5.2008.

5.3.3 Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União, por intermédio da SAIN/MF, e a SBCE - Concorrência no 1/SAIN/MF/2006 – Termos Aditivos nos 1/2008 e 2/2008.

Em 15.2.2008 foram firmados os Aditivos nos 1/2008 e 2/2008 ao Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União, representada pela SAIN e a SBCE, que tratam,

respectivamente, da prorrogação por 12 meses, do prazo de vigência do contrato, do seu valor, da garantia e da fonte de recursos onde incorrerão as despesas do contrato.

5.3.4 Fiscalização do Contrato SAIN –SBCE

No decorrer do exercício de 2008, a SAIN realizou visitas de fiscalização à SBCE, conforme previsto na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços em vigor.

O acompanhamento dos serviços prestados pela SBCE foi feito, também, diária e mensalmente, mediante troca de mensagens eletrônicas, realização de contatos telefônicos e envio de documentos (pareceres, relatórios, estudos, etc.) pela Seguradora, com vistas a subsidiar as decisões desta Secretaria e do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

6 Programa de Financiamento às Exportações – PROEX

O PROEX é um programa governamental, instituído pela Lei n° 8.187, de 01.06.1991, revogada pela Lei n° 10.184, de 12.2.2001, com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras de bens e serviços, mediante a concessão de apoio financeiro às empresas exportadoras, com recursos orçamentários da União.

Destacamos, a seguir, os principais eventos envolvendo o referido Programa, no âmbito desta COAFI, ao longo do ano de 2008:

6.1 Comissão de Programação Financeira do PROEX – CPF

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial n° 496, de 3.9.1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2008, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (85ª a 96ª).

6.2 Orçamento do PROEX

6.2.1 Proposta Orçamentária do PROEX para 2009: A COAFI coordenou as reuniões de elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2009, que contaram com a participação de Membros do COFIG. A proposta orçamentária do Programa, no montante de R\$ 2,3 bilhões de dotação para Financiamentos e R\$ 1,4 bilhão para Equalização de Taxas de Juros, foi levada ao conhecimento do COFIG na 47ª Reunião Ordinária, realizada em 25.06.2008.

6.2.3 Orçamento do PROEX para 2008: A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Programa.

7. Outros Eventos que contaram com a participação da COAFI

7.1 G-20 Finance Ministers and Central Bank Governors' Meeting: a COAFI cedeu dois servidores políglotas para a organização do evento, que ocorreu em 8 e 9.11.2008, na cidade de

São Paulo (SP), com a missão de assessoramento às delegações estrangeiras participantes e para dar suporte técnico a estrutura organizacional que ficou sob a responsabilidade da SAIN/MF.

7.2 ENAEX: O Sr. Secretário-Adjunto da área financeira da SAIN participou do 28º Encontro de Comércio Exterior – ENAEX, realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, no período de 27 a 28.11.2008, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

8. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial n° 188, de 23 de outubro de 1989, e reorganizado pelo Decreto n° 2.297, de 11.8.1997, tendo o seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria n° 350, de 26.12.1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A Presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A.

8.1 Secretaria-Executiva

Em 2008, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, que representa a Secretaria-Executiva do COMACE no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais, tratou e acompanhou os seguintes assuntos:

8.2 Reuniões no Clube de Paris

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - Em 22.1.2008***

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

(a) Angola. Foram analisadas alternativas para a liquidação dos juros de mora em atraso por parte do governo angolano;

(b) Guiné. Foram fornecidas orientações preliminares acerca da Rodada de Negociações agendada para os dias 23 e 24 de janeiro na seqüência da reunião de Tour d'Horizon;

(c) Gabão. O Clube informou que o Gabão organizou o lançamento de um Bônus no mercado financeiro para finalizar a operação de Pré-Pagamento;

(d) República do Congo. O Clube transmitiu dados atualizados sobre o relacionamento do país com o FMI e Banco Mundial, a sua situação no âmbito da Iniciativa HIPC e o estado da implementação da Fase III das Agreed Minutes de 2004 e 2006;

(e) Costa do Marfim. O Clube de Paris distribuiu um Working Paper resumindo a situação da Costa do Marfim na implementação das etapas da Iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries) e demonstrando a falta de capacidade de pagamento dos compromissos assumidos nos tratamentos concedidos naquele foro desde 1998;

(f) Discussão sobre OCDE – Working Group. O Brasil foi especialmente convidado a participar do workshop agendado sobre o tema para o mês de fevereiro. O Clube foi informado que o convite seria comunicado às autoridades brasileiras que cuidam de novos financiamentos para verificar a possibilidade de participação; e

(g) Reunião para a Negociação com a Guiné (Conakry). Paris – em 23.1.2008. No dia 23, às 10h, teve início a negociação da dívida da Guiné, no Centro de Convenções do Ministério das Finanças onde funciona o Clube de Paris. Analisada a proposta, chegou-se ao consenso sobre o tratamento adequado para a dívida da Guiné no momento atual em conformidade com as práticas de certa forma padronizadas para o grupo de países africanos classificados como HIPC – Países Pobres Altamente Endividados. Concluída a negociação foi assinada a Ata de Entendimentos. O tratamento bilateral que espelhará a decisão consensual deverá ser formalizado futuramente por cada um dos países credores participantes. No caso do Brasil o acordo bilateral somente poderá ser assinado após a aprovação pelo Senado Federal.

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - Em 13.3.2008***

Durante o Tour, os seguintes devedores do Clube de Paris constaram da pauta:

(a) República do Congo. O FMI informou que uma nova missão visitou o país com a intenção de retomar renegociações para que um novo Acordo Poverty Reduction and Growth Facility - PRGF seja assinado, mas o que se concluiu foi um Staff Monitored Program – SMP que será submetido à diretoria do Fundo em meados de março. Outros temas envolvendo o país foram os empréstimos concedidos pelo Governo da China e também os pagamentos previstos a um Fundo inglês que acionou judicialmente o país para cobrar dívidas;

(b) Costa do Marfim. Na reunião foram repassadas informações obtidas pelo FMI acerca da intenção das autoridades do país em regularizar os atrasados com o Banco Africano para o Desenvolvimento – BAD, no período de março a maio de 2008, quando dois terços dos valores em atraso serão regularizados. A expectativa dos Bancos de Investimento Europeus é que a Costa do Marfim renegocie seus atrasados no Clube de Londres;

(c) Suriname. O País foi incluído na reunião deste mês para efeito de atualização das negociações bilaterais entre os credores. As informações do FMI dão conta da melhoria que a economia do país apresenta com um crescimento de 5,3% tendo em vista os altos preços do petróleo, além do ouro e setor de construção. A próxima missão do FMI será no contexto do Article IV Consultation e está prevista para o mês de maio de 2008. O Banco Mundial informou que não tem programas e nem acordos com o Suriname no momento;

(d) Gabão. A representante do FMI informou que está sendo estudado um Stand-By Arrangement e que a próxima missão irá ao Gabão no mês de abril de 2008 por força do Article IV Consultation. Os credores não participantes do buyback expressaram a preocupação de que o país venha a apresentar atrasados;

(e) **Iraque.** Foram fornecidas informações acerca da evolução das assinaturas dos bilaterais. O Presidente informou que havia enviado carta aos credores ressaltando a importância da conclusão dos acordos; e

(f) **Brasil - Devedor - Pendências com relação ao Pré-pagamento do Brasil:** Parte das pendências sob acompanhamento já foi solucionada e restam apenas dois contratos em aberto.

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - De 14 a 18.4.2008***

Durante o Tour, os seguintes devedores do Clube de Paris constaram da pauta:

(a) **Costa do Marfim.** Na reunião foram repassadas informações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial sobre a situação no País que vinha acumulando atrasados e não está cumprindo com as metas estabelecidas para a implementação das fases subsequentes dentro da Iniciativa HIPC. O País está se preparando para um alívio intermediário, por ocasião do Decision Point, que abrangerá 100% da dívida junto ao Banco Mundial, incluindo a IDA; e

(b) **Iraque.** O Presidente abriu o tema dizendo que o objetivo das discussões era consultar os credores a respeito de enviar uma carta no mesmo modelo enviado anteriormente aos credores que ainda não assinaram os bilaterais.

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - Em 10.6.2008***

Durante o Tour, os seguintes devedores do Clube de Paris constaram da pauta:

(a) **Iraque.** O Presidente abriu o tema solicitando ao Brasil explicações e a resposta foi no sentido de ratificar as informações enviadas e o assunto foi encerrado;

(b) **Sudão.** O Presidente do Clube conclamou aos credores presentes para que apresentassem seus créditos contra o país a fim de proceder a uma consolidação de números e convocar o devedor a comparecer ao Clube e propor retomada de negociações, visando à extinção da dívida; e

(c) **Reunião com os Credores Privados e Países de Economia Emergente. França, Paris (11/06/2008).** No dia 11 de junho, no Ministério da Economia e das Finanças da França, ocorreu a reunião anual dos credores do Clube de Paris com representantes do setor privado, outros membros da Comunidade Financeira Internacional e países não-membros do Clube. Além do Brasil, estiveram presentes representantes de vários países emergentes. Na ocasião houve apresentações relacionadas ao tema de grande interesse para a comunidade internacional.

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - De 7 a 11.7.2008***

Durante o Tour, os seguintes devedores do Clube de Paris constaram da pauta:

(a) **República do Congo.** Foi novamente discutida a situação dos empréstimos contratados com a China, porém sem nenhuma conclusão específica. O País será incluído na pauta da próxima reunião; e

(b) **Guiné.** Os credores concordaram com a prorrogação da data para assinatura dos acordos uma vez que o prazo estabelecido na Agreed Minute de janeiro de 2008 expirou em 30/06/2008.

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - Em 17.9.2008***

Durante o Tour, os seguintes devedores do Clube de Paris constaram da pauta:

(a) **República do Congo.** O representante do FMI informou aos credores que no próximo encontro em novembro pretende pedir garantias de que um novo acordo, na esfera do Clube, será oferecido ao país. Já o Banco Mundial, informou que está discutindo o Programa Estratégico de Redução da Pobreza (PRSP) e que foi verificado algum progresso na solução dos atrasados;

(b) **República Democrática do Congo.** A representante do Banco Mundial informou que houve discordância da Instituição com o País acerca do acordo negociado com a China e que um estudo aprofundado foi pedido acerca do projeto para ser verificada a sua factibilidade;

(c) **Cuba.** O Secretariado informou que desde abril vem convidando Cuba para entrar em acordo com os seus credores no âmbito do Clube de Paris; e

(d) **Reunião de Metodologia:** Passou-se em seguida às discussões metodológicas. O tema inicial dizia respeito à análise de políticas sobre operações de leasing tomando-se por base a discussão acerca da natureza desse tipo de operação. Nesse sentido um working paper será preparado pelo Secretariado para subsidiar as discussões. O segundo tema a ser discutido dizia respeito à preparação para a Conferência em Doha. Outro ponto foi a apresentação do FMI que trata de Alívio de Dívida como um todo (HIPC + MDRI).

- ***Tour d'Horizon – França, Paris - Em 15.10.2008***

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

(a) **República do Congo.** Desde 2007, o programa de apoio do Clube foi suspenso, depois que o país deixou de cumprir o Programa para Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento (PRGF) com o FMI. Ficou estimada para dezembro reunião na qual os países credores poderiam vir a renegociar a dívida do país;

(b) **República Democrática do Congo.** O país foi trazido à pauta por ter tomado empréstimos junto à China, para projetos de infra-estrutura variados e para a implementação de um projeto de mineração no interior do país. Segundo relato do FMI, a confirmação dos créditos está sujeita a estudo de viabilidade das minas a serem exploradas;

(c) **Costa do Marfim.** O Secretariado informou que a Costa do Marfim depois de haver recebido do Clube de Paris o perdão de 80% de sua dívida atrasada em 2002, deixou de cumprir o Programa de Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento (PRGF) firmado com o FMI, passando em seguida a sequer pagar as dívidas junto ao Fundo e ao Banco Mundial. Como o país fez progressos em sua gestão macro-econômica que poderão credenciá-lo, em 2009, a receber novo PRGF, o Clube de Paris aguardará os progressos nas negociações com o Fundo;

(d) **Outreach Session – Meeting of Sovereign Creditors. França, Paris – Em 27.10.2008.** Trata-se de uma Reunião Extraordinária no Clube de Paris com o objetivo de reunir pela primeira vez, e informalmente, os credores bilaterais dos maiores países em desenvolvimento que não são membros do Clube. Durante o encontro foram tratados os seguintes temas: abordagens quanto à reestruturação de dívidas e divisão da carga dos perdões entre os credores; dificuldades encontradas entre os credores soberanos quanto à comparabilidade de tratamento

praticada pelo Clube de Paris; participação de credores não membros nos próximos reescalamentos; opções para o compartilhamento de informações entre credores soberanos em desenvolvimento; opções para o desenho do diálogo institucional entre os credores soberanos. O Clube foi elogiado pela iniciativa que transcorreu em um clima informal e descontraído muito diferente dos encontros mensais naquele foro;

(e) Conference Call do Clube de Paris - Em 05.11.2008 – Fornecimento de informações pelo FMI a respeito da situação econômica do País e também tratar dos aspectos envolvendo o relacionamento do Congo com seus credores; e

(f) Conference Call do Clube de Paris - Em 13.11.2008 – Para dar continuidade aos esclarecimentos prestados pelo Congo a respeito dos aspectos envolvendo o relacionamento com seus credores e fornecimento de garantias de refinanciamento no Clube ao FMI.

- **Tour d’Horizon – França, Paris – Em 10.12.2008**

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta, conforme relato a seguir:

(a) República do Congo. Foram transmitidas informações gerais acerca dos parâmetros de negociação a serem levados a termo na reunião agendada para os dias seguintes com o Congo;

(b) Costa do Marfim. O FMI informou que há possibilidade de um novo acordo ser fechado com o país em fevereiro ou março de 2009, o que possibilitará nova renegociação no Clube. O Banco Mundial informou que recebeu os montantes em atraso e que o país esta sendo conclamado a pagar o serviço da sua dívida para com aquela Instituição;

(c) Equador. A representante do FMI abriu as discussões levantando a questão das declarações que vêm sendo feitas pelas autoridades equatorianas acerca da “ilegitimidade” dos seus débitos. Informou ainda que a última Article IV Consultation foi elaborada em abril de 2008 e que, uma nova consulta deverá ser realizada por ocasião das eleições que estão previstas para o mês de abril de 2009. O Presidente do Clube optou por observar o comportamento do devedor;

(d) Guiné. As informações trazidas pelo FMI demonstram que as metas fiscais foram alcançadas sem esforço, o acesso aos recursos internacionais excedeu as projeções, o país esta estável social e politicamente. A segunda revisão do Acordo com o Fundo poderá acontecer brevemente. O Banco Mundial também mostrou um cenário favorável ao país. No Clube a preocupação diz respeito às parcelas da dívida que não estão sendo pagas em dia;

(e) Guiné-Bissau. O FMI discorreu sobre o sucesso da implementação de um Acordo nos termos do EPCA *Emergency and Post Conflict Agreement*. O País atingiu o *decision point* em dezembro de 2000, contudo, desde então, continua a acumular atrasados com todos os seus credores. Os desembolsos do Fundo têm sido utilizados para atender as necessidades do país diante da crise de alimentos e da crise financeira global;

(f) Iraque. O Clube colocou em votação a cláusula que estabelece o princípio da comparabilidade de tratamento a ser aplicado por todos os credores para a vigência da Ata de Entendimentos de 2004; e

(g) Reunião de Renegociação com a República do Congo. França, Paris - Em 11.12.2008 - Na reunião de Renegociação com a República do Congo foi feita uma análise do estágio atual do seu relacionamento com o FMI e o Banco Mundial, bem como da existência de um Acordo para o Crescimento e Redução da Pobreza e da sua disposição de fechar acordo com os credores do

Clube. Analisou-se, ainda, o seu relacionamento com credores, privados ou públicos e, esses fatos deram margem a discussões prolongadas na primeira fase da negociação, uma vez que o comportamento do devedor com relação à tomada de empréstimos foi criticado pelo Clube. A sua capacidade de pagamento também foi estimada levando-se em conta todas as suas dívidas declaradas ao FMI a fim de decidir os níveis de perdão necessários para que a dívida seja sustentável. Chegou-se ao consenso sobre o tratamento adequado no momento atual, em conformidade com as práticas estabelecidas para os países HIPC. Concluída a negociação foi assinada a Ata de Entendimentos, sendo que o tratamento bilateral que espelhará a decisão consensual deverá ser formalizado futuramente por cada um dos países credores participantes. No caso do Brasil o acordo bilateral somente poderá ser encaminhado ao Senado Federal depois da devida reconciliação e a assinatura do bilateral somente poderá ser agendada para após a aprovação daquela Casa.

8.3 Negociações bilaterais

(a) Reunião para a Negociação Bilateral com a Guiné-Bissau. Bissau – De 30 a 31.1.2008 - Nos dias 30 e 31 de janeiro aconteceram as reuniões em Bissau, capital da Guiné Bissau. A retomada das negociações com o país se reveste de importância diante da nomeação do Brasil, pela ONU, como Presidente da Comissão para a Construção da Paz – CCP junto à Guiné Bissau, função que ocupará pelos próximos 4 (quatro) anos. Como passo necessário as duas partes procuraram reconciliar os valores da dívida pública e a parte brasileira entregou as correspondentes tabelas, com os valores consolidados, bem como as taxas de juros empregadas no cálculo das parcelas pendentes. O Governo da Guiné Bissau concordou em examinar, após a aprovação do Senado Federal brasileiro, o seu interesse em saldar a dívida remanescente com recursos orçamentários ou em buscar, em conjunto com o Brasil, mecanismos alternativos de geração de receitas. Foram trocadas informações sobre a legislação do tema em ambos os países. Ambos os lados ficaram de dar os passos necessários para a conclusão de um acordo bilateral o mais breve possível;

(b) Reunião com a República do Congo. Brasília (DF) – Em 31.3.2008 - Reunião com a delegação do Congo para retomada da conciliação da dívida;

(c) Reunião com a República do Congo. França, Paris - De 15 a 18.4.2008 - As discussões centraram-se nas minutas dos bilaterais que haviam sido elaboradas e encaminhadas eletronicamente ao Congo. Os pontos levantados traziam dúvidas quanto aos montantes a pagar e os montantes a serem capitalizados. Pelo que exigiam novos demonstrativos que foram solicitados aos responsáveis. Diante da interpretação dada pelo lado congolês a esses itens, um novo encontro no Brasil foi proposto pela delegação brasileira com o fim exclusivo de conciliar os números desses juros. O lado congolês ficou de tomar uma decisão sobre a vinda ainda na próxima semana e informar o lado brasileiro;

(d) Reunião com a República do Congo. Brasília (DF) – De 30.6 a 3.7.2008. Reunião com a delegação do Congo continuando o processo de reconciliação da dívida e apresentação dos números elaborados pelo lado brasileiro;

(e) Reunião para a Negociação Bilateral com o Suriname. Paramaribo – De 22 a 23.9.2008 - Inicialmente tratou-se da reconciliação dos números da dívida e as partes ficaram de aprofundar as pesquisas para determinar o montante exato e discutiram modalidades para reestruturar a dívida. Outras possibilidades foram analisadas, sem conclusão, e ao final dos trabalhos ficou estabelecido que a próxima reunião realizar-se-á no Brasil, na semana de 20 de Outubro de 2008 quando o Suriname ficou de apresentar propostas concretas;

(f) Reunião para a Negociação Bilateral com a Tanzânia. Brasília (DF) – De 13 a 14.11.2008 - As partes chegaram a um consenso quanto à reconciliação do Principal da dívida, restando, porém, divergências quanto aos montantes de juros e juros de mora a serem esclarecidos posteriormente. Como o Brasil solicitou informações a respeito da comparabilidade de tratamento e a Tanzânia solicitou o fornecimento de planilhas e cálculos com base nas Fases VI e VII do Clube de Paris, as partes resolveram elaborar as pesquisas e levantamentos necessários a fim de se encontrarem novamente num futuro próximo;

(g) Reunião para a Negociação Bilateral com o Suriname. Brasília (DF) – De 17 a 18.11.2008 - Ao retomar as negociações iniciadas em setembro de 2009, o Brasil convenceu o Suriname da necessidade de renegociar a sua dívida em condições reais de sustentabilidade a fim de não se repetir a situação de 1996 e 1997 diante do custo de se aprovar o perdão no Senado Federal. Um cronograma de pagamentos foi sugerido pelo lado Suriname que preferiu, contudo, antes da decisão final, submeter os termos do esboço de acordo às suas autoridades antes de responder afirmativamente. Nova reunião ficou de ser agendada para o início de 2009; e

(h) Reunião com a delegação da República do Congo-Brazzaville. França, Paris. Em 10.12.2008 - No dia 10 de dezembro de 2008, na Sede da Embaixada do Brasil em Paris, por volta das 17h00, recebemos a delegação do Congo para mais uma rodada de renegociação e reconciliação dos acordos pendentes de assinatura. Como a questão carecia de maiores esclarecimentos jurídicos no Brasil a delegação optou por concluir as consultas internas antes de prosseguir com as discussões.

8.4 Reuniões do COMACE

Ao longo do ano de 2008 não houve fato relevante que exigisse a realização de reunião ordinária ou extraordinária dos Membros do COMACE. No período foram realizadas as seguintes reuniões técnicas:

Data	Local	Participantes	Assunto
11.01.08	MRE	MRE, MF/SAIN, BB e STN	Organização de Missão à Guiné Bissau para tratar da dívida com o Brasil, no período de 30 a 31.01.2008;
17.01.08	MRE	MRE, MF/SAIN, BB e STN	Reunião preparatória para a Missão à Guiné-Bissau, em 30 e 31.01.08;
06.03.08	SAIN-SUL	MRE, MF/SAIN	Reunião com o novo Embaixador brasileiro designado para o Suriname
07.03.08	SAIN-SUL	CONSULTORES EMPRESA ZUKIN (Mr. Derril Allat e Christian Digemose), MF/SAIN	Reunião com os consultores internacionais da Empresa Zukin, Houlihan & Lokey, a respeito das dívidas do Iraque e Antígua & Barbuda
10.03.08	MRE	MRE, MF/SAIN, MPOG, Apex	Cooperação Internacional e empréstimos ODA Official Development Aid;
28.03.08	MRE	MRE, MF/SAIN e STN, BB/PROEX	Coordenação de ações voltadas à visita do Congo ao Brasil esperada para o dia 31.03.08;
15.08.08	MRE	COAFI e outras áreas do MRE, da STN e SAIN	Missão a Paramaribo - Suriname, chefiada pelo Secretário-Geral daquela Coordenação, nos dias 23 e 24.09.08;
01.10.08	MDIC	MDIC, MF/SAIN, STN, Banco do Brasil – PROEX	Operações de <i>Swap</i> da dívida de Angola;

21.10.08	SAIN-SUL	MF/SAIN, STN e PGFN; MRE, BB/PROEX	Reunião preparatória para a negociação com o Suriname em Brasília prevista para o mês de novembro de 2008;
12.11.08	SAIN-SUL	SAIN, STN, PGFN, Banco do Brasil S.A. e MRE;	Reunião preparatória para a negociação com a Tanzânia prevista para os dias 13 e 14.11.08;
18.12.08	SAIN-SUL	MF/SAIN, BB/PROEX	Tratar dos aspectos técnicos envolvendo a reestruturação da dívida da República da Guiné (Conakry).

9. Reuniões Diversas

- (a) **Reunião Administrativa da SAIN. Brasília (DF) – Em 15.1.2008** - Na SAIN-SUL, com o Sr. Secretário Marcos Bezerra Abbot Galvão, novo titular da SAIN, apresentação aos funcionários da SAIN/SUL e breve relato sobre as atividades desenvolvidas pelos integrantes desta Coordenação de Assuntos Financeiros – COAFI;
- (b) **Reunião G-20. Brasília (DF) – Em 17.1.2008** - Participação em reunião para apresentação das atividades vinculadas à Presidência brasileira no G-20, coordenada pela CAECO-SAINSUL;
- (c) **Encontro dos Ministros de Desenvolvimento do G8. Japão, Tóquio – de 05 a 6.4.2008** - A reunião teve por escopo discutir temas relacionados aos desafios globais. O Brasil vem acompanhando as reuniões do G8 como Não Membro, dentro de uma perspectiva conhecida como G8+5 países, que compreende: África do Sul, Brasil, China, Índia e México. Foram convidados ainda representantes da República da Coreia, Malásia e Indonésia. Os organismos internacionais que se fizeram representar foram: Banco Mundial, PNUD, UNESCO, UNICEF, OCDE e OMS. Compareceram também as organizações regionais: ASEAN e União Africana. Dentre os temas tratados encontram-se os seguintes: a) Agenda do Desenvolvimento; b) Mudanças Climáticas e Desenvolvimento; c) Expandindo as Parcerias para o Desenvolvimento; d) Segurança Humana e o atingimento das Metas do Milênio;
- (d) **Reunião com o Banco Lazard Frères. França, Paris - Em 17.4.2008** - Reunião no Banco Lazard Frères relacionada com o pré-pagamento da dívida do Gabão;
- (e) **Reunião sobre ICI for Iraq. Brasília (DF) – Em 9.5.2008** - Reunião preparatória da Conferência Internacional agendada para o dia 29.05.2008 em Estocolmo;
- (f) **Reunião com o Banco Lazard Frères. França, Paris – Em 12.6.2008** - A reunião agendada com o Banco Lazard Frères teve por objetivo a conclusão do pré-pagamento da dívida do Gabão. As discussões transcorreram de modo proveitoso, pois tivemos a oportunidade de acelerar entendimentos referentes à qualificação da ordem de pagamento efetuada pelo Gabão ao Brasil;
- (g) **Reunião com o Ministério das Relações Exteriores. Brasília (DF) – Em 6.10.2008** - Para tratar de Mecanismos Inovadores de Financiamento via conversão de dívida;
- (h) **Reunião Interministerial. Brasília (DF) – Em 10.10.2008** - No Ministério das Relações Exteriores, sob a coordenação do Chanceler Celso Amorim, para avaliar ações dos diversos Ministérios em relação ao Haiti; e

(i) **Reunião com Investidor da Tanzânia. Brasília (DF) – Em 13.11.2008** - Na SAIN-SUL, reunião a respeito de conversão de dívidas com a presença da SAIN, STN, PGFN, Banco do Brasil S.A. e MRE, com investidor que acompanhou a delegação tanzaniana em visita ao Brasil.

10. Nota Técnica

• **Requerimento de Informação RI-2995/08. Em 24.7.2008**, resposta ao requerimento do Senado Federal sobre perdão de dívida externa que outros países têm com o Brasil.

11. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(a) **Em 27.5.2008** - Consulta a respeito do Tropical Forest Conservation Act – TFCA, mecanismo criado pelos Estados Unidos da América para conversão de dívidas em moeda local a fim de apoiar a conservação e a proteção de florestas tropicais; e

(b) **Em 25.8.2008** - Consulta sobre os termos da minuta de acordo bilateral apresentado pelo governo americano – USAID, no âmbito do TFCA;

12. Outros Assuntos:

12.1 Correspondências Enviadas

(a) **Em 24.4.2008** - Ao Ministro das Finanças do Gabão acerca da adesão do Brasil ao Pré-Pagamento efetuado com os credores do Clube de Paris;

(b) **Em 29.5.2008** - Ao Clube de Paris em resposta a questionamento sobre o andamento da renegociação da dívida do Iraque;

(c) **Em 24.10.2008** - Ao Ministério das Finanças da Tanzânia, Gabinete do Secretário Permanente, convidando a delegação tanzaniana para encontro no Brasil, nos dias 13 e 14 de novembro de 2008;

(d) **Em 28.10.2008** – Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde, informando da ida de missão brasileira àquele País, com data prevista para a primeira semana de dezembro de 2008; e

(e) **Em 10.11.2008** – Ao Ministério das Relações Exteriores do Suriname convidando a delegação surinamesa para encontro no Brasil, nos dias 17 e 18.11.2008.

12.2 Traduções, Análises e Elaboração de Minutas

(a) **Em 31.3.2008** – Tradução e Análise do Amendment to the Agreed Minute of Republic of Congo with the Paris Club;

(b) **Em 1.4.2008** – Tradução e Análise do Working Paper Countries Away from the Paris Club;

(c) **Em 15.4.2008** – Tradução e Análise do Memorando apresentado por GP Hemispheres a respeito da Tanzânia;

- (d) **Em 2.5.2008** – Tradução e Análise do ICI Compact for Iraq.
- (e) **Em 15.5.2008** – Tradução da Proposta do Société Générale;
- (f) **Em 16.6.2008** – Elabora o da Minuta de Acordo Bilateral com o Gabão, versão Inglesa e Portuguesa;
- (g) **Em 30.6.2008** – Elabora o da Minuta de Acordo Bilateral com a República do Congo, versão em Franc s e Português.

12.3 Informativos Diversos sobre Países Devedores

Data	Informativo
16.7.08	Tabelas da dívida do Sudão
11.8.08	Informa�es sobre a posi�o da dívida da República da Guiné, enviadas ao Secretariado do Clube de Paris
15.9.08	Informa�es técnicas sobre a dívida do Suriname, atualizada até 15.09.2008
6.10.08	Informa�es técnicas sobre a dívida do Congo, atualizada até 18.07.2008
20.10.08	Informa�es técnicas sobre a simula�o de regulariza�o da dívida do Suriname com títulos da dívida externa brasileira
17.11.08	Informa�es técnicas sobre a dívida do Suriname, atualizada até 30.11.2008

12.4 Brasil-Credor - Conversão de D vidas em Projetos do Meio Ambiente – TFCA

- (a) **Em 29.4.2008** - Com a finalidade de discutir temas relacionados aos interesses do Ministério do Meio Ambiente e dívida externa;
- (b) **Em 16.5.2008** - *Conference Call* com a participa o do Ministério da Fazenda (PGFN, STN e SAIN), Ministério das Rela es Exteriores, Ministério do Meio Ambiente e os representantes do Tesouro dos Estados Unidos responsáveis pela USAID;
- (c) **Em 27.5.2008**. Reunião na PGFN sobre o mecanismo de conversão de dívida em projetos de meio ambiente que está sendo analisado no Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério das Rela es Exteriores - MRE;
- (d) **Em 27.8.2008** – Reunião na PGFN, com a presença da STN para tratar da consulta sobre o Acordo para Conversão nos moldes do TFCA;
- (e) **Em 28.8.2008** – Reunião no Ministério das Rela es Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, PGFN, SAIN e STN e também FUNBIO – Fundo da Biodiversidade;
- (f) **Em 5.9.2008** – Reunião no Ministério das Rela es Exteriores e representantes do Ministério do Meio Ambiente, SAIN, STN e PGFN;

(g) **Em 15.9.2008** – Reunião no Ministério das Relações Exteriores, reunião preparatória para a negociação com os representantes do governo americano nos dias 18 e 19.09.2008;

(h) **Em 18 e 19.9.2008** – Reunião no Ministério das Relações Exteriores, com a participação do Ministério do Meio Ambiente, PGFN, STN e SAIN com representantes do Governo Americano – USAID.

12.5 Relacionamento com a Assessoria de Comunicação Social - Imprensa

Data	Assunto
12.2.08	Consulta da assessoria sobre reportagem com jornalista interessado em desenvolver matéria sobre perdão de dívidas;
7.5.08	Análise do pedido de informações feito pela Revista Veja
7.5.08	Análise do pedido de informações feito pela TV Câmara
30.5.08	Envio de Nota sobre Perdões Concedidos
22.7.08	Entrevista do Secretário-Adjunto de Assuntos Internacionais a revista Isto é Dinheiro;
22.8.08	Envio de correspondência com informações requeridas pelo jornal Valor Econômico sobre o <i>portfolio</i> Brasil-Credor;
29.8.08	Pedido de informações sobre Cuba
8.9.08	Matéria publicada no Valor Econômico sobre o Clube de Paris
9.12.08	Contato sobre matéria da Revista Veja que menciona a Tanzânia
16.12.08	Contato acerca de pedido de informações pelo jornal Folha de São Paulo.

12.6 Assessoria Parlamentar

Em 15 de maio de 2008, reunião organizada no dia a fim de apresentar à Assessoria Parlamentar os próximos tratamentos de dívidas a serem apresentados ao Senado Federal.

13. Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, tem por finalidade:

(a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e

(b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram

modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas.

13.1 Composição

A COFIEIX é composta pelos seguintes membros:

- (i) Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Presidente da Comissão;
- (ii) Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Secretário-Executivo da Comissão;
- (iii) Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (iv) Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (v) Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (vi) Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores;
- (vii) Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- (viii) Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- (ix) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e
- (x) Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

13.2 Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC

O grupo de trabalho permanente, integrante da COFIEIX e denominado Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC, é composto por representantes indicados por seus membros e tem o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas “a” e “b” acima mencionadas, assessorando a COFIEIX no desempenho de suas funções.

13.3 Natureza das reuniões da COFIEIX e do GTEC

A SAIN, por intermédio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, participa das reuniões da COFIEIX e do GTEC, indicadas a seguir, fazendo análise prévia de toda a documentação a ser examinada em cada reunião, com o objetivo de prestar apoio técnico à Comissão e ao Grupo Técnico e de prover informações ao Secretário de Assuntos Internacionais.

- (i) **COFIEIX: Reuniões Ordinárias** - onde são avaliados e decididos os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- (ii) **GTEC: Reuniões Ordinárias** - onde são examinados, avaliados e decididos os pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas;

- (iii) **GTEC: Reuniões de Apresentação de Cartas-Consulta** - onde são examinados e previamente avaliados os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à avaliação final e decisão da COFIEIX quanto à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- (iv) **GTEC: Reuniões para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX** - onde é avaliada a conveniência, ou não, de inclusão, nas Agendas de Reuniões da COFIEIX, dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas.

13.4 Número de reuniões da COFIEIX e do GTEC

No exercício de 2008, foram realizadas 4 (quatro) Reuniões da COFIEIX e 96 (noventa e seis) reuniões do GTEC, sendo: 4 (quatro) para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX; 12 (doze) Reuniões Ordinárias; 70 (setenta) reuniões referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta; e 10 (dez) reuniões para discussões relativas à readequação do Decreto da COFIEIX (Decreto no 3.502, de 12.6.2000).

A SAIN participou de todas as reuniões da COFIEIX e pôde participar de 84 (oitenta e quatro) reuniões do GTEC, tendo em vista que os representantes (titular e suplente) da SAIN naquele Grupo estiveram bastante envolvidos no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das novas atribuições.

13.5 Consultas extraordinárias aos membros da COFIEIX

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEIX, a SAIN se manifesta, por escrito, sobre consultas extraordinárias efetuadas aos membros da Comissão, referentes à preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira. Em 2008, foram realizadas, e respondidas pela SAIN, 5 (cinco) consultas extraordinárias aos membros da COFIEIX.

2.2.5 Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT

A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) tem como competência, entre outros assuntos, representar a SAIN nos fóruns interministeriais e internacionais encarregados de discutir temas relacionados a acesso a mercados em bens agrícolas e não-agrícolas, com destaque para:

- Alterações tarifárias (Imposto de Importação e Imposto de Exportação);
- Facilitação de comércio e barreiras não-tarifárias;
- Temas de política comercial, relativos à participação do País no MERCOSUL; e
- Temas financeiros e de coordenação macroeconômica, relativos à participação do País no MERCOSUL.

Essas áreas se subdividem em diversos assuntos de natureza mais específica, os quais podem ser recorrentes ou *ad hoc* e geralmente são discutidos em fóruns nacionais (interministeriais) vinculados à Câmara de Comércio Exterior (Camex) ou em fóruns internacionais vinculados ao MERCOSUL ou à Organização Mundial do Comércio, com coordenação do MRE. Esse trabalho envolve principalmente a participação em reuniões técnicas e a elaboração de notas e pareceres. A seguir, uma descrição sumária desses fóruns:

1. Fóruns Nacionais

1.1 CAMEX/GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A COINT assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias atinentes a esta pasta. A fim de subsidiá-los, em 2008 foram elaboradas 6 (seis) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e 7 (sete) para as reuniões do GECEX.

1.2 GTI Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum

Pelas normas do MERCOSUL, o Brasil pode manter uma lista de até 100 (cem) produtos com alíquotas definidas à revelia da Tarifa Externa Comum do bloco (TEC) – a chamada Lista de Exceções à TEC. Cada Estado-Parte tem direito a uma Lista de Exceções, porém a quantidade de produtos de cada um varia (Paraguai e Uruguai têm direito a listas maiores). Inicialmente pensadas como um mecanismo que permitisse uma adaptação de produtos sensíveis em relação à TEC, as Listas de Exceções deveriam ter sido extintas em 2000, mas vêm sendo sucessivamente prorrogadas e, de acordo com a última decisão do Conselho do Mercado Comum, deverão vigorar até 2010 para Brasil e Argentina e até 2015 para Paraguai e Uruguai.

A Lista de Exceções brasileira é atualizada a cada seis meses e, a cada atualização, até 20% de seus itens podem ser substituídos. Atualmente constam da Lista brasileira diversos medicamentos, fertilizantes, defensivos agrícolas, alguns tipos de aço - todos com alíquotas reduzidas - e diversos produtos agropecuários (como leite, queijo, vinho e arroz) com alíquotas aumentadas.

Em 2008 – assim como nos anos anteriores – a SAIN/MF teve participação ativa em ambas as revisões semestrais da Lista de Exceções, atuando nas discussões interministeriais que culminaram nas Resoluções Camex n° 8; 14 e 28/2008 (1ª revisão) e n° 55/2008 (2ª revisão).

1.3 Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC n° 69/00

A Resolução MERCOSUL n° 69/00 estabelece que, em casos de desabastecimento excepcional e temporário, o Estado-Parte afetado pode solicitar aos demais sócios do MERCOSUL uma redução temporária da alíquota do imposto de importação para o produto em falta. Essa redução tarifária pode ser a 2% ou a 0%, tem duração máxima de 12 meses (prorrogáveis por igual período) e é autorizada apenas para uma determinada quota. As solicitações são apresentadas no MERCOSUL e dependem da aprovação dos demais Estados-Parte. Internamente, os pleitos são analisados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da

Resolução n° 69/00 (GTAR-69), cuja Secretaria-Executiva é exercida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Em 2008, a COINT analisou, juntamente com a Secretaria-Executiva do GTAR 69/00 e com os demais órgãos representados naquele grupo, um total de 21 (vinte e um) pleitos:

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado
2917.36.00	Ácido Terftálico Purificado - PTA	Brasil	TERPHANE/M&G	Aprovado
2917.36.00	Ácido Terftálico Purificado - PTA	Argentina	Delegação Argentina	Aprovado
2902.70.00	CUMENO	Brasil	Rhodia	Aprovado
0303.71.00	Sardinha	Brasil	CONEPE	Aprovado
7225.99.90	chapa co-laminada	Brasil	ABITAM	Aprovado
7225.40.90	chapa de molibdênio	Brasil	ABITAM	Aprovado
2835.31.90	tripolifosfato de sódio	Brasil	ABIPLA	Aprovado
2835.31.90	tripolifosfato de sódio	Argentina	ALPHA	Aprovado
7305.12.00	tubos de aço	Brasil	MMX	Aprovado
3911.10.20	resina de petróleo	Argentina	Delegação Argentina	Aprovado
5703.20.00	tapetes	Brasil	Inulbra Tapetes	Indeferido
2833.11.10	sulfato de sódio	Brasil	ABIPLA	Aprovado
2833.11.10	sulfato de sódio	Argentina	Delegação Argentina	Aprovado
7308.90.90	Porta-batel de comprimento de 125 metros e peso de 1.900 toneladas	Brasil	WTORRES	Aprovado
	Porta-batel de comprimento entre 70 e 73 metros e peso entre 850 e 950 toneladas	Brasil	Estaleiro Atlântico Sul	Aprovado
	Porta-batel de comprimento entre 120 e 138 metros e peso de aço de 1.700 a 2.300 toneladas	Brasil	Estaleiro Mac Laren	Aprovado
7208.51.00	chapa de aço para corrosão	Brasil	ABITAM	Aprovado
8545.19.90	blocos catódicos	Brasil	ABAL	Aprovado
7229.90.00	arames	Brasil	SINPA	Aprovado
3102.10.10	uréia	Argentina	Delegação Argentina	Aprovado
3102.80.00	mescla de uréia	Argentina	Delegação Argentina	Aprovado
2907.23.00	bisfenol	Brasil	Unigel	Aprovado
2917.37.00	DMT	Brasil	Weg	Indeferido

Cabe ressaltar que a Resolução GMC n° 69/00 foi reformulada no âmbito do MERCOSUL, dando origem à Resolução GMC n° 08/08, que deverá ser internalizada em breve pelo Brasil. A nova normativa amplia o leque de situações de “desabastecimento” bem como eleva a quantidade de produtos que poderão ter sua rebaixa tarifária autorizada (30 ao invés de 15). A SAIN participou ativamente das reuniões ocorridas na CAMEX na qual foi discutida a revisão da Res. GMC n° 69/00, tendo opinado sobre os novos critérios que ensejaram a negociação e a aprovação do texto da Res. GMC n° 08/08.

2. Fóruns Internacionais

2.1 Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

Em 2008, a COINT participou, no âmbito do MERCOSUL, do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC), do Grupo de Especialistas Ad-Hoc do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (GAHE-FOCEM) e do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL (GMM).

2.2 Comitê Técnico nº. 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias)

No âmbito do Comitê Técnico nº 1 do MERCOSUL são analisadas as solicitações - oriundas do governo ou do setor privado - para modificações de descrições e alíquotas da TEC em caráter permanente. A SAIN, por meio da COINT, participa das reuniões preparatórias no âmbito da Seção Nacional do CT-1 (são reuniões interministeriais onde se decide a posição do Governo brasileiro a respeito dos pleitos de alteração na TEC) e nas reuniões do próprio Comitê (onde as delegações dos Estados Partes do MERCOSUL deliberam sobre esses pleitos). A COINT participou de todas as 5 (cinco) reuniões plenárias do Comitê (e de suas respectivas reuniões preparatórias) havidas ao longo de 2008. No total, cerca de 80 (oitenta) pleitos de modificação tarifária foram analisados, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles por meio de Notas Técnicas.

2.3 Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)

A SAIN participou de 08 (oito) Reuniões Ordinárias da CCM ao longo de 2008. Nesse fórum, a SAIN participou de diversos temas, com destaque para a administração da Tarifa Externa Comum, a criação de Regimes Especiais de Importação, a regulamentação da Decisão CMC n° 54/2004 que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Distribuição da Renda Aduaneira, e a análise de estudos financiados pelo BID sobre temas ad-hoc de interesse do MERCOSUL.

2.4 Grupo Mercado Comum (GMC)

Em 2008, a COINT participou de 03 (três) Reuniões Ordinárias do GMC. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram elevados ao GMC para aprovação em nível político. Foram discutidas ainda estratégias para as negociações externas do bloco, a implementação da Decisão n° 54/04 sobre eliminação da cobrança da TEC e a política comercial comum.

2.5 Conselho do Mercado Comum (CMC)

Em 2008, foram realizadas 2 (três) Reuniões Ordinárias do CMC, nas cidades de San Miguel de Tucuman (Argentina) e Salvador (Argentina) e 1 (uma) Reunião Extraordinária, em Brasília, com o objetivo de debater estratégias comuns de enfrentamento da crise financeira mundial eclodida no mês de setembro. Nesse âmbito, a COINT atuou no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Ministro da Fazenda.

2.6 Negociações Externas do MERCOSUL

Nos últimos anos, o MERCOSUL tem ampliado consideravelmente seu leque de frentes negociadoras com vistas a acordos comerciais bilaterais ou birregionais. A SAIN/MF participou ativamente das reuniões interministeriais de coordenação dessas negociações, encaminhando técnicos para as discussões, elaborando relatórios e subsidiando o MRE com comentários aos textos em negociação. Em virtude de limitações de ordem orçamentária, a SAIN optou por nem sempre encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, privilegiando a participação nos encontros ocorridos no Brasil, principalmente durante a Presidência Pro Tempore brasileira no segundo semestre. No entanto, mesmo quando as reuniões foram realizadas no exterior, a Secretaria manteve estreita interlocução com o MRE de forma a manter-se continuamente a par do processo decisório dessas negociações.

Dentre os principais destaques da agenda externa do MERCOSUL em 2008, podemos citar:

(a) **Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU**: As últimas pendências relacionadas a questões pontuais de regras de origem foram solucionadas e acordo foi finalmente assinado em dezembro de 2008;

(b) **Acordo MERCOSUL – Índia**: Os Congressos da Argentina, Brasil e Uruguai concluíram seus trâmites de aprovação do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia. O Acordo deverá entrar em vigor em breve;

(c) **MERCOSUL – SICA**: A III Cúpula Brasil-Sistema de Integração Centro-americana (SICA) foi realizada no mês de maio em El Salvador. O Comunicado Conjunto da Cúpula registrou a acolhida ao Brasil como observador ao SICA e, entre outros temas, instruiu as autoridades em temas econômicos e de comércio a considerar os termos de um instrumento que “permita promover a expansão equilibrada do comércio, uma maior integração produtiva e maiores investimentos recíprocos” entre o MERCOSUL e o SICA. Como primeira etapa nesse processo, foi realizada reunião entre os dois blocos, em Brasília, nos dias 9 e 10 de setembro de 2008. Nessa ocasião, o MERCOSUL apresentou esboço de Acordo de Associação MERCOSUL-SICA. A PPTB manteve contatos subsequentes com a PPT hondurenha e outros países do SICA com vistas a obter resposta à proposta apresentada pelo MERCOSUL e dar continuidade ao processo negociador entre os dois blocos. Esse exercício deverá ser retomado durante o ano de 2009; e

(d) **Textos-Modelo para as Negociações Extra-regionais do MERCOSUL**: Foi concluída a elaboração de textos-modelo para as negociações extra-regionais do MERCOSUL. Este passo deverá tornar mais ágeis os processos negociadores futuros.

Foram iniciadas, no segundo semestre de 2008, novas frentes de negociação com Egito, Jordânia e Turquia. Também aconteceu a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em 24/11, abrindo a perspectiva para eventual negociação comercial entre os dois blocos.

2.7 MERCOSUL – União Européia

No que diz respeito ao Acordo de Associação MERCOSUL-UE, foram feitos em 2008 múltiplos contatos entre o MERCOSUL e a Comissão Europeia. As circunstâncias não permitiram, contudo, o relançamento das negociações. O lado europeu continua a aguardar as definições na Rodada Doha para então partir para uma negociação com o MERCOSUL.

2.8 ACE 35 (MERCOSUL – Chile)

Durante a PPTB, o relacionamento comercial entre MERCOSUL e Chile foi dinamizado com a conclusão das seguintes negociações no âmbito do Acordo de Complementação Econômica n° 35 MERCOSUL-Chile (ACE-35): i) extensão do Regime Geral do Acordo a produtos elaborados ou originários de zonas francas; e ii) aprovação do Texto Consolidado sobre regime de origem do Acordo. O MERCOSUL e o Chile acordaram iniciar, em 2009, diálogo com vistas à incorporação do setor de investimentos ao Acordo. Nesse sentido, deverão intercambiar informação, em particular sobre os parâmetros e delineamentos para a negociação desse tema, antes de 31 de março de 2009. Na próxima reunião da Comissão Administradora do ACE-35 será avaliada a possibilidade de criação de Grupo de Trabalho ad hoc sobre Investimentos.

2.9 ACE 36 (MERCOSUL-Bolívia)

A Bolívia solicitou ao MERCOSUL a flexibilização do regime de origem do Acordo de Complementação Econômica n° 36 MERCOSUL-Bolívia (ACE-36), sobretudo para produtos têxteis, ante a suspensão dos benefícios a ela outorgados pelo Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA) dos Estados Unidos. Em caráter emergencial, e com base no princípio da solidariedade, o MERCOSUL comprometeu-se a adotar medidas concretas de apoio à Bolívia.

2.10 ACE 58 (MERCOSUL-Peru)

A PPTB realizou reunião de trabalho com o Peru, em Lima, no dia 21.10.08, com vistas a tratar de temas relacionados ao Acordo de Complementação Econômica n° 58 MERCOSUL-Peru (ACE-58). Na ocasião, entregou lista dos pedidos de compensação, conforme o disposto no art. 40 do Acordo e em virtude da assinatura do TLC Peru-EUA. Entregou, ainda, proposta de parâmetros negociadores para a incorporação de comércio de serviços ao Acordo.

2.11 ACE 59 (MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela)

Na III Reunião Ordinária da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica n° 59 MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela (ACE-59), realizada em Montevideú, nos dias 30 e 31.10.08, MERCOSUL e Colômbia acordaram iniciar, em 2009, negociações para incorporação do comércio de serviços ao Acordo e deverão intercambiar informação sobre o tema antes de 31 de dezembro de 2008. Foi criado, ainda, Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Serviços, cuja primeira reunião deverá ocorrer até abril de 2009. O Equador poderá aderir a esse processo, assim que realizar as consultas necessárias.

2.12 Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

A COINT representou o MF em 6 (seis) reuniões ordinárias do Grupo de Especialistas Ad-Hoc do FOCEM (GAHE-FOCEM), em que são analisadas as operações que contam com financiamento do Fundo multilateral em projetos para redução de assimetrias estruturais no bloco. O Fundo é composto por desembolsos dos 4 países, em diferentes proporções referidas à participação no PIB da região. As doações do FOCEM se direcionam exclusivamente a projetos realizados por entidades públicas, voltadas a programas pré-definidos pelo Regulamento do Fundo.

2.13 Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL (GMM)

A COINT representou a SAIN em 4 (quatro) reuniões do GMM, realizadas em Buenos Aires, Argentina, 2 (duas) e no Rio de Janeiro (RJ) 2 (duas), tendo exercido a Coordenação Nacional durante a Presidência Brasileira, em parceria com a STN e o BCB. O GMM trabalha para a produção e divulgação de indicadores macro-econômicos harmonizados entre os países do MERCOSUL e Estados associados e é formado por representantes de Ministérios da Economia/Fazenda e de Bancos Centrais e está ligado à reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL (RMEPBC), no âmbito da CCM. Em 2008, coube à COINT o trabalho de preparação e secretariado da RMEPBC, realizada na cidade de Salvador.

2.14 Fundo de Garantias à Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL

A COINT representou o Ministério da Fazenda no Grupo *Ad-Hoc* para elaboração do Estatuto do Sistema de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL, criado para definir as linhas gerais que nortearão o Regulamento do Fundo que concederá garantias a PMEs do MERCOSUL. Foram realizadas diversas reuniões, em Buenos Aires (Argentina), Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ) para a finalização da proposta de Estatuto, aprovada pelo CMC em sua última reunião ordinária de 2008, realizada na cidade de Salvador (BA).

2.15 Organização Mundial do Comércio – OMC

Durante o ano de 2008, a Rodada Doha vivenciou um impasse nas negociações. Houve um travamento da negociação de alto nível no meio do ano, impedindo que se chegasse à conclusão da Rodada, apesar de grandes esforços diplomáticos antecedendo o início do calendário eleitoral norte-americano. Apesar desse impasse, discussões técnicas foram mantidas como forma de fazer evoluir as bases para uma conclusão da Rodada. Nesse esforço, destaque deve ser dado à circulação de anteprojetos nas áreas de Agricultura, Acesso a Mercados em Bens Não-Agrícolas (NAMA) e Regras.

A SAIN tem participado do processo negociador interno (no Brasil) em NAMA. Para tanto, participou de reuniões governamentais no Brasil para a discussão de propostas setoriais e para a coordenação entre a posição brasileira e dos demais países do MERCOSUL, realizadas no mês de novembro.

2.2.6 Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL

A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) tem como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as matérias relacionadas a:

- subsídios;
- medidas de defesa comercial (*antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas);
- comércio internacional de serviços;
- investimentos nas negociações internacionais;
- compras governamentais; e
- propriedade intelectual.

Além de assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nos referidos temas, os trabalhos da COPOL incluem a elaboração de Notas e Pareceres e a participação em reuniões técnicas no âmbito do governo brasileiro, do MERCOSUL, da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros foros.

Temas Desenvolvidos

1. CAMEX – Conselho de Ministros e GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A COPOL assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias de sua competência. A fim de subsidiá-los, participou da elaboração de 6 (seis) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX, bem como 7 (sete) para as reuniões do GECEX.

2. Defesa Comercial

2.1 CAMEX: Processos administrativos de Defesa Comercial

No âmbito da CAMEX, a COPOL participa do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), no qual são discutidas propostas de aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas.

No ano de 2008, a COPOL analisou 15 (quinze) processos de defesa comercial, além de 16 (dezesesseis) casos referentes a solicitações de suspensão de medidas de defesa comercial em vigor ou a recursos administrativos em desfavor de medidas aplicadas pela CAMEX.

Para tanto, participou de 08 (oito) reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC).

A quantificação dos casos acompanhados pela COPOL em 2008 demonstrou ter havido uma expansão de 15% em relação a 2007, quando foram analisados 13 (treze) casos.

Ressalte-se ainda que a atuação dos técnicos da COPOL contribuiu para a não aplicação de uma medida proposta pelo MDIC/DECOM¹.

O Comitê técnico responsável pelos assuntos de Defesa Comercial no MERCOSUL é o Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS). O grupo vinha trabalhando na confecção de regulamentos comuns de defesa comercial para os países do bloco. A SAIN participou ativamente desses trabalhos até 2006, quando as atividades do grupo foram interrompidas. Nos anos de 2007 e 2008, o Comitê não se reuniu.

Assim, em 2008, os trabalhos da COPOL, em relação ao MERCOSUL, concentraram-se na apresentação de subsídios para a participação do Ministério da Fazenda nas reuniões da Comissão de Comércio do MERCOSUL (8 reuniões em 2008), do Grupo do Mercado Comum (4 reuniões em 2008) e do Conselho do Mercado Comum (2 reuniões em 2008).

2.2 Organização Mundial do Comércio – OMC

O Grupo Negociador de Regras (GNR) é o fórum responsável, no âmbito da OMC, pela negociação de disciplinas adicionais sobre medidas *antidumping* e subsídios (incluindo os subsídios à pesca).

As deliberações no âmbito do Grupo Negociador de Regras (GNR) são particularmente importantes para a SAIN, pois afetarão diretamente a sistemática da análise e decisão dos processos de defesa comercial levadas a cabo pelo governo brasileiro por meio da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), da qual o Ministério da Fazenda é componente. Sendo a SAIN o órgão responsável no Ministério da Fazenda pelos assuntos de defesa comercial, as negociações do GNR terão impacto direto nas atividades de sua competência.

Ademais, o aprimoramento das disciplinas sobre *antidumping* e subsídios revela-se importante para garantir que eventuais ganhos em acesso a mercados nas negociações de NAMA e Agricultura não sejam corroídos por práticas protecionistas em *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias.

No ano de 2007, houve divulgação do primeiro anteprojeto do texto de Regras (“draft”) por parte do presidente do Grupo (*chairman*). No texto, o presidente procurou consolidar os posicionamentos das diferentes delegações ao longo de todo o processo negociador, de maneira a chegar a um documento que pudesse representar um ponto de partida equilibrado para um futuro acordo, facilitando, portanto, o fechamento da Rodada.

As reações das delegações, no entanto, foram extremamente críticas ao texto apresentado, com afirmações recorrentes de que ele não seria um documento equilibrado ensejador de negociações futuras efetivas. O único aspecto positivo mencionado por todos os membros foi o da disponibilização do texto antes das versões revisadas de NAMA e de Agricultura. Acordou-se que seriam realizadas negociações intensas no princípio de 2008 com o fito de dissecar os temas mais polêmicos para encontrar áreas de possíveis *trade-offs* e concessões recíprocas de maneira a propiciar um futuro avanço no tratamento do tema.

A SAIN participou de reuniões que antecederam a divulgação do texto final do acordo aportando sugestões, estudos e críticas diversas, tanto nos encontros nacionais de coordenação, como na própria OMC.

¹ Revisão dos Direitos aplicados nas importações de nitrato de amônio, quando originárias da Rússia. Na reunião do GTDC que tratou do tema, quatro ministérios votaram contrariamente à proposta de aplicação de medida apresentada pelo MDIC/DECOM.

Em 2008, a Secretaria participou da reunião de fevereiro do GNR em que as delegações procuraram introduzir mudanças que pudessem contribuir para que se alcançasse um texto final de consenso.

Conforme já mencionado neste Relatório, no II Semestre de 2008, as negociações da Rodada Doha vivenciaram um impasse, o que fez que não houvesse novas reuniões do GNR nesse período. A COPOL, porém, continuou a participar de reuniões internas de coordenação sobre o GNR no Brasil.

3. Serviços

Em 2008, as negociações internacionais de serviços envolveram três áreas de atuação: bilateral (negociações MERCOSUL-Chile, MERCOSUL-CCG); intra-MERCOSUL (Grupo de Serviços) e multilateral (Cluster de Serviços da OMC – Rodada Doha).

3.1 OMC – Serviços

A SAIN, por meio da COPOL, participa das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC representando o Ministério da Fazenda no “*Cluster*” de Serviços. O “*Cluster*” ou conjunto de reuniões de serviços refere-se a uma etapa das negociações sobre o comércio internacional de serviços da Rodada Doha. Esse processo negociador visa aprofundar os compromissos multilaterais e melhorar as condições de acesso aos mercados dos países-membros da OMC.

A COPOL participa dessa negociação e contribui com as posições deste Ministério nas diversas reuniões temáticas deste segmento do processo negociador, sobretudo na área de serviços financeiros. Em 2008, as negociações não apresentaram grande avanço, sobretudo em função da insatisfação do Brasil com o desenvolvimento das negociações em outras áreas, como a agrícola e a de bens industriais. Ademais, o processo negociador foi suspenso no segundo semestre, em decorrência de impasses entre alguns dos membros da OMC. A SAIN participou de um conjunto de reuniões bilaterais entre diversos membros da OMC, no primeiro semestre do ano, com vistas a avançar no processo de intercâmbio de ofertas, antes de as negociações serem interrompidas.

3.2 Negociações Bilaterais

As negociações comerciais na área de serviços seguem as iniciativas do MERCOSUL. Duas frentes negociadoras estiveram presentes na agenda do bloco: Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Chile.

A negociação com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) experimentou um período de atividades irregulares em 2008. Dando prosseguimento aos trabalhos realizados em 2007, os sócios do MERCOSUL analisaram o projeto de marco normativo para o acordo entre as partes; algumas questões ficaram pendentes. Na segunda metade do ano, houve esfriamento do ímpeto negociador por parte do CCG em função de retrocessos na negociação de Bens. Os países do MERCOSUL aguardam sinalização da contraparte para a retomada das negociações.

O processo negociador com Chile foi finalizado de forma bem sucedida em 2008. As partes chegaram a termo para a assinatura do acordo relativo à liberalização do comércio de serviços entre o Chile e o MERCOSUL. O Protocolo Adicional sobre Comércio de Serviços

encontra-se em processo de protocolização na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A SAIN, com apoio da Receita Federal do Brasil e do Banco Central do Brasil, participou intensamente na busca de soluções para os impasses a que se chegou do decorrer do processo, dentre as quais se destacaram as cláusulas sobre Tributação, Pagamentos e Transferências, bem como as regras para *circumvention*. A Secretaria participou das reuniões realizadas com a delegação chilena em 2008.

3.3 Grupo de Serviços do MERCOSUL

Em 2008, a SAIN participou ativamente das reuniões do Grupo de Serviços do MERCOSUL. A agenda do Grupo se concentrou nos seguintes itens:

(a) A elaboração de um Plano de Ação para completar o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços Intra-zona, conforme estabelecido no Protocolo de Montevideu (Decisão 13/97 do Conselho do Mercado Comum). Em sua última reunião do ano, o Grupo aprovou projeto de Decisão com o referido plano de ação e o elevou ao Grupo Mercado Comum para consideração;

(b) A definição de setores ou temas prioritários a ser objeto de acordos-quadro específicos, com o intuito de aprofundar a integração do comércio de serviços do bloco. Em sua última reunião, o Grupo de Serviços aprovou proposta brasileira de projeto de Resolução relativa a Princípios Orientadores para os Acordos-Quadro Setoriais e Temáticos Sobre Serviços e a elevou ao Grupo Mercado Comum para sua consideração; e

(c) A VII Rodada de liberalização do comércio de serviços do MERCOSUL, conforme estabelecido na Resolução 16/07 do Grupo Mercado Comum. Houve troca de pedidos e ofertas entre os sócios, mas a Rodada não pôde ser concluída, dada a insatisfação de alguns países com as ofertas apresentadas.

4. Investimentos

4.1 Acordos Internacionais de Investimentos

Em 2008, a COPOL participou da negociação MERCOSUL- Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) sobre o tema de investimentos. Parte desse trabalho envolveu uma aproximação entre a SAIN/MF e o MRE para alguns aspectos importantes do texto, uma vez que havia previsão de fechamento rápido do acordo, o que não ocorreu. Na segunda metade do ano, houve esfriamento do ímpeto negociador por parte do CCG em função de retrocessos na negociação de Bens. Os países do MERCOSUL aguardam sinalização da contraparte para a retomada das negociações.

4.2 SGT-12

De 19 a 21 de novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), realizou-se a V Reunião do Subgrupo Técnico do MERCOSUL sobre Investimentos (SGT-12). A SAIN/MF exerce a Coordenação Nacional do SGT-12 e, na condição de presidência *pro tempore* brasileira, convocou a reunião.

A reunião, que contou com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, constituiu um marco importante na retomada das negociações desse tema no âmbito do MERCOSUL. O SGT-12 tem o desafio de aprofundar a integração regional em matéria de investimento e coordenar o bloco para negociações com terceiros nesse tema.

Para a reunião, a PPTB encaminhou previamente uma proposta de agenda renovada com elementos construtivos de interesse comum, visando estimular a retomada dos trabalhos do SGT. Assim, discutiram-se os seguintes temas: facilitação e promoção de investimentos; responsabilidade social corporativa; relacionamento externo; estado atual do MERCOSUL em matéria de investimentos; e intercâmbio de informações.

O resultado submetido ao GMC foi a elaboração de um plano de trabalho do Subgrupo para 2009.

A Ata permaneceu *ad referendum* da delegação do Paraguai, que não compareceu à reunião. Como o Paraguai não se manifestou um mês após a realização da reunião do SGT-12, a ata foi considerada aprovada em conformidade com as regras do bloco.

4.3 Comitê de Investimentos – OCDE

O Comitê de Investimentos da OCDE compõe-se de 30 (trinta) países membros e de alguns países observadores como Brasil, Argentina e Chile. O Brasil participa na qualidade de observador regular. Em 2008, a Secretaria de Assuntos Internacionais participou de duas reuniões desse Comitê:

- Reunião do Comitê de Investimentos – França, Paris – de 6 a 10 de outubro de 2008:

Na reunião de outubro, os países que constituem o Comitê apresentaram-se para uma nova rodada de reuniões. Os principais itens de interesse para este Ministério nas reuniões foram: Relatório Anual dos Pontos de Contato Nacional; Liberdade de Investimento, Segurança Nacional e Indústrias Estratégicas; Cooperação Ampliada (“*Enhanced Engagement*”); Fórum Global sobre Investimentos Internacionais.

- Reunião do Comitê de Investimentos – França, Paris – em 17 de dezembro de 2008:

Na reunião de dezembro, realizou-se a nona rodada da Mesa-redonda sobre investimento, segurança nacional e indústrias estratégicas. Além dos itens usualmente tratados no Comitê, a reunião foi marcada por comentários em que alguns países expressaram que o Comitê deveria continuar a exercer sua função de vigilância sobre as políticas nacionais, mas que o atual momento de crise financeira internacional não permitiria condenar ou culpar países que eventualmente tivessem que adotar medidas que viessem a se distanciar dos princípios da OCDE.

4.4 Grupo de Trabalho sobre um Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

O Grupo de Trabalho – GT em epígrafe foi criado em 2008 no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), voltado para discutir a criação de um mecanismo de solução de controvérsias em matéria de investimentos no marco da UNASUL.

Estão na agenda do GT três temas principais:

- (a) Criação de um centro de assessoria jurídica para orientação e defesa dos Estados Partes envolvidos em procedimentos de disputas sobre investimentos;

- (b) Elaboração de regras procedimentais de solução de controvérsias. A discussão deverá centrar-se, inicialmente, na hipótese de solução de disputas entre investidor e Estado. Ficou acordado que o enfoque Estado-Estado também pertence à agenda do GT;
- (c) Construção de um mecanismo sul-americano de solução de controvérsias sobre investimentos.

Durante 2008, a COPOL participou de 3 (três) das 5 (cinco) reuniões realizadas. As duas outras foram acompanhadas pela Assessoria, no primeiro semestre de 2008, quando o tema ainda se encontrava sob sua responsabilidade.

No decorrer do ano, apenas o primeiro item da agenda foi efetivamente trabalhado pelo GT, dado que não houve consenso entre os participantes quanto ao início das discussões relativas aos demais itens.

Encontra-se na pauta do GT um projeto de texto normativo para a criação do referido centro de assessoria jurídica. O projeto em questão encontra-se em estágio avançado de elaboração, restando a definição de alguns elementos importantes, como a forma de financiamento do centro de assessoria, a natureza do ato legal para sua criação e um orçamento tentativo para o centro.

A atenção dos representantes do Ministério da Fazenda no âmbito deste Grupo de Trabalho tem se voltado para manter sob observação dois aspectos considerados fundamentais na discussão de um mecanismo de solução de controvérsias sobre investimentos: (1) que seja um mecanismo alternativo e, por isso, opcional para as partes; e (2) que não venha a produzir efeitos indesejáveis para a atração de investidores estrangeiros a países da região.

4.5 Propriedade Intelectual

O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), criado em 2001 no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), tem como atribuição precípua *propor a ação governamental no sentido de conciliar as políticas interna e externa visando o comércio exterior de bens e serviços relativos a propriedade intelectual*.

A Propriedade Intelectual engloba os seguintes temas: direitos do autor, propriedade industrial, cultivares, serviços técnicos e de assistência técnica, científica e administrativa, licenciamento, transferência de tecnologia, concorrência desleal e defesa do consumidor e remessas de royalties ao exterior.

Como o Ministério da Fazenda tem particular interesse nos efeitos econômicos comerciais relativos à propriedade intelectual, enviou-se o Aviso Ministerial nº 46/2008, no qual se solicitou ao MDIC a inclusão do pedido formal de entrada no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual na pauta da reunião seguinte da Camex. O Conselho de Ministros concedeu parecer favorável à solicitação deste Ministério em sua reunião de maio. A alteração do Decreto Presidencial s/nº, de 21 de agosto de 2001, com a inclusão do Ministério da Fazenda no âmbito do GIPI, foi publicada em 28 de julho de 2008.

No Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, a Secretaria de Assuntos Internacionais ocupa a cadeira titular, e a Receita Federal do Brasil a cadeira suplente.

No âmbito do GIPI, o Ministério da Fazenda participou do Grupo de Trabalho sobre Retaliação Cruzada, coordenado pelo MRE e que trata da elaboração de um projeto de lei ou

medida provisória sobre o tema. No ano de 2008, o GIPI teve 12 (doze) reuniões, das quais o MF compareceu a 8 (oito). Neste sentido, cumpre esclarecer que 4 (quatro) reuniões às quais o MF não compareceu já haviam ocorrido antes de o Ministério ser convidado a integrar o grupo.

Em dezembro de 2008, o Ministério da Fazenda participou da Reunião Plenária do GIPI, que tratou do tema Inovação Incremental de Patentes Farmacêuticas, na qual se definiu a posição de governo sobre o assunto.

A COPOL também enviou um representante para participar do XXVIII Seminário Nacional de Propriedade Intelectual, realizado de 24 a 26 de agosto, em São Paulo (SP).

5. Compras Governamentais

5.1 MERCOSUL – Grupo de Contratações Públicas

Trata-se do grupo técnico responsável pelas questões relativas às Contratações Públicas no âmbito do MERCOSUL. A primeira tarefa do grupo foi negociar um acordo intra-bloco. Assim, o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, objeto da Decisão 40/03, foi efetivamente aprovado na última reunião do Conselho Mercado Comum – CMC de 2003, em Montevideu.

O trabalho seguinte foi preparação de um projeto de regulamentação do Protocolo. Após a conclusão dessa fase inicial dos trabalhos, o projeto previa rodadas de negociação para aprofundar o processo de integração. Entretanto, as dificuldades internas do MERCOSUL não permitiram esse processo, de forma que esse grupo está com suas atividades paralisadas há cerca de 2 anos.

5.2 Negociações Bilaterais

Devido à posição contrária de parte do governo brasileiro, o tema Contratações Públicas não foi tratado em negociações bilaterais. No caso da única exceção, no processo MERCOSUL - UE, onde o tema está incluído, os encontros entre os dois lados limitaram-se, desde 2006, a procurar definir, ainda sem sucesso, os parâmetros para a retomada efetiva das negociações como um todo.

A SAIN/MF, nos foros em que participa, defende que há os elementos que devem ser considerados em prol da inclusão do tema nas negociações comerciais:

- não há a necessidade de oferecer todas as áreas, nem incluir todas as instituições, nem todos os níveis de governo. O atual Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL é um exemplo disso;
- só o mercado de Compras Governamentais da União Europeia representa 15% de seu PIB. A conquista de pequenos nichos representaria um volume de transação considerável para o Brasil e para o MERCOSUL, incrementando suas exportações;
- haveria, nas áreas que o Brasil e o MERCOSUL concedessem acesso, economia para o Tesouro Nacional com a participação de mais licitantes; e
- eventuais concessões de outros países do MERCOSUL em negociações comerciais, representaria para o Brasil a possibilidade de um maior acesso nas compras governamentais

desses países do MERCOSUL, em virtude da cláusula de Nação Mais Favorecida no atual Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL.

2.2.7 Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ)

O Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ), criado pelo Decreto nº 6.313, de 19 de dezembro de 2007, tem a finalidade de prestar apoio técnico-administrativo às atividades da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN.

Suas atribuições abrangem:

- (a) dar suporte às ações relacionadas ao processo de integração econômica do Brasil ao MERCOSUL;
- (b) auxiliar no acompanhamento, elaboração e coordenação das políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de comércio exterior, em conjunto com as Coordenações-Gerais de Políticas Comerciais (COPOL) e de Integração Comercial (COINT);
- (c) contribuir nas análises econômico-comerciais de países e agrupamentos regionais selecionados, bem como, nos estudos a respeito da participação do Brasil em organismos internacionais e em processos de integração regional; e
- (d) auxiliar na análise de propostas de normas em temas de competência da SAIN.

Em 2008, seu primeiro ano de funcionamento, o Núcleo de Trabalho/RJ participou ativamente das iniciativas relacionadas à realização das reuniões do G-20, colaborando nos aspectos logísticos inerentes ao projeto e na elaboração de documentos preparatórios ao evento. Além disso, colaborou, no âmbito de suas atribuições, nas demais atividades desenvolvidas pelas Unidades da SAIN.

2.3 Programas e Ações

No âmbito do Plano Plurianual 2008/2011, a SAIN desenvolveu, em 2008, ações/iniciativas relacionadas ao “Programa de Gestão da Política Econômica” e ao “Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais”, a seguir discriminadas.

2.3.1 Programa Gestão da Política Econômica

Tipo de Programa:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral:	Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, no mercado de trabalho, no mercado de capitais.
Gerente de Programa:	Nelson Henrique Barbosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas” - não possui indicadores.
Público-alvo:	Governo e sociedade

Relacionamos, a seguir, as ações desenvolvidas por esta SAIN, inseridas nesse programa:

2.3.1.1 Ação: 8883 - Exercício da Presidência do G-20 em 2008

Tipo	Atividade
Finalidade	Possibilitar o exercício da Presidência do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20) em 2008 no Brasil. A ação é composta de atividades do Secretariado do G-20, o qual se divide em Diretoria do Secretariado (planejamento estratégico e gerência da Secretaria, e execução do orçamento), Gerência de Conteúdo Programático (questões de conteúdo programático e temas de discussão) e Gerência de Logística (preparação das reuniões). São membros do grupo 20 países, desenvolvidos e emergentes, quais sejam: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Com o evento o Brasil irá consolidar sua participação nesse importante fórum, que discute e apresenta soluções para questões relativas à economia e finanças internacionais.
Descrição	O Secretariado do G-20 será responsável pela elaboração de todos os documentos discutidos pelo G-20 em 2008, por meio da Gerência de Conteúdo Programático, e pela preparação de todas as reuniões, por meio da Gerência de Logística. Esta será responsável pela realização de contratos junto a fornecedores e prestadores de serviços para suporte técnico na realização de três reuniões (duas em nível de vice-ministros e uma ministerial). Será também responsável pela viabilização dos seguintes componentes: acomodação e transporte para participantes, alimentação e bebidas, comunicações, desenvolvimento de sistemas de credenciamento, relacionamento com a imprensa e sala da imprensa, logística nos aeroportos, assistência médica e segurança, produtos e material de escritório, enfim, todos os arranjos necessários para o bom andamento das reuniões.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Coordenador nacional da ação	Marcos Bezerra Abbott Galvão
Unidade Executora	Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gabinete, Assessoria (ASSES) e Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos (CAECO)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Previstas na Portaria MF nº 139, de 10 de julho de 2008, art.9º, item IV: Coordenar e acompanhar tarefas relacionadas à participação do Brasil em grupos formais ou informais de países na discussão de assuntos econômicos.

I Resultados

A atuação da SAIN na coordenação e organização das reuniões e seminários do G-20 possibilitou, com êxito, o exercício, pelo Brasil, da Presidência do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20). O Brasil, nesta oportunidade, consolidou sua presença nesse importante fórum econômico mundial, que promove debate aberto e construtivo

entre países industrializados e emergentes na busca de soluções para questões relativas à economia e finanças internacionais. O empenho e envolvimento de grande parte dos recursos humanos da Secretaria foi indispensável ao êxito do projeto.

II Orçamento da ação

- Despesas orçamentárias vinculadas:

Provisão Recebida	Valor Pago (R\$)
6.060.720,00	3.256.297,89

- Valores executados pela Unidade Gestora 170191 – SAIN

Natureza da despesa		Valor Pago (R\$)
339014	Diárias - Pessoal Civil	79.755,91
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	241.389,61
339036	Outros Serviços de Terceiros - PF	3.359,33
Total		324.504,85

- Valores executados pela Unidade Gestora 170016 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos

Natureza da despesa		Valor Pago (R\$)
339039	Outros Serviços de Terceiros PJ	466.601,11
Total		466.601,11

- Valores executados pela Unidade Gestora 170114 – Gerência Regional de Administração – RJ

Natureza da despesa		Valor Pago (R\$)
339014	Diárias - Pessoal Civil	1.197,00
339030	Material de Consumo	390,00
339039	Outros Serviços de Terceiros PJ	893.273,00
Total		894.860,00

- Valores executados pela Unidade Gestora 170131 – Gerência Regional de Administração – SP

Natureza da despesa		Valor Pago (R\$)
339039	Outros Serviços de Terceiros PJ	1.570.331,93
Total		1.570.331,93

- Demonstrativos de Gastos com recursos do G-20, por Unidades Gestoras Executoras

Unidade Gestora		Total (R\$)	%
170016	Evento Brasília (DF)	466.601,11	7,70
170114	Evento Rio de Janeiro (RJ)	894.860,00	14,76
170131	Evento São Paulo (SP)	1.570.331,93	25,91
170191	Diárias e Passagens	324.504,85	5,35
Total Global		3.256.297,89	53,72

2.3.1.2 Ação 4479 - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais

Tipo	Atividade
<p align="center">Finalidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assessoria e assistência técnica em assuntos relacionados ao setor externo do governo, incluindo diagnósticos, estudos, análises, acompanhamento e definição de políticas na área internacional, principalmente nas negociações internacionais do governo brasileiro. • Participar em negociações econômicas, financeiras e comerciais com governos estrangeiros e entidades internacionais, acompanhando os diversos fóruns e frentes de negociação que envolvem o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, a Organização Mundial do Comércio - OMC, o Clube de Paris, entre outras negociações bilaterais e multilaterais. Nesses fóruns, a SAIN participa das reuniões, colabora na elaboração da posição negociadora brasileira, avalia o posicionamento dos outros países e fornece subsídios ao Ministro da Fazenda para a tomada de decisões. • Desenvolvimento, em conjunto com as diversas instituições, de análises de políticas dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF, entre outros) e iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira, tais como a busca de novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento. • Acompanhamento da execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, no âmbito do Ministério, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior e das ações do Ministério nas áreas de salvaguardas e direitos antidumping e compensatórios. Exercício da Secretaria Executiva do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG e do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, participação na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX e no Comitê Gestor da Câmara de Comércio Exterior - Gecex. • Acompanhamento da conjuntura econômica e financeira internacional, em particular das economias estratégicas para o Brasil com o objetivo de informar o Ministro da Fazenda sobre os temas de maior relevância em economia internacional.
<p align="center">Descrição</p>	<p>Participação e acompanhamento em negociações, elaboração de relatórios, pareceres e notas de conjuntura macroeconômica internacional, bem como de estudos específicos sobre assuntos de defesa comercial, comércio internacional, financiamento a exportação e créditos internacionais, além de manter o Ministro da Fazenda permanentemente informado sobre as negociações internacionais.</p>

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Coordenador nacional da ação	Marcos Bezerra Abbott Galvão
Unidade executora	Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Todas as áreas integrantes da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Previstas na Portaria MF nº 139, de 10 de julho de 2008, art.1º.

I Resultados:

A participação ativa da Secretaria nas diversas discussões que envolvem negociações internacionais de interesse do Brasil está evidenciada pela sua presença constante em reuniões técnicas, fóruns, encontros e seminários, alguns organizados pela própria Secretaria, e pelo número cada vez mais expressivo de análises técnicas elaboradas para subsidiar a posição do País nessas negociações. A análise técnica é instrumento fundamental para orientar essas discussões e, muitas vezes em trabalho conjunto com outros órgãos governamentais, a Secretaria tem conseguido contribuir para o bom encaminhamento das propostas brasileiras.

A seguir, realizações e/ou avanços obtidos no âmbito da Ação:

- (1) Criação de projeto para o acompanhamento da Carteira de Projetos de Assistência Técnica e Financeira do Banco Mundial com o Brasil, com vistas a analisar sua distribuição geográfica, segmentação por temas e alinhamento com políticas e prioridades nacionais e aprimorar o processo de revisão daquela Carteira e da estratégia de parceria;
- (2) Escolha do Brasil como membro do Comitê Fiduciário do Fundo de Tecnologia Limpa - CTF, recém criado no âmbito do Banco Mundial, juntamente com o Fundo Estratégico do Clima- SCF. Os dois fundos criados deverão abordar os desafios de adaptação e mitigação das mudanças climáticas;
- (3) Participação na reforma do Convênio Constitutivo do FMI que resultou na aprovação de Resolução que promoveu aumento do poder de voto do Brasil para 1,715%, crescimento de 0,377 pontos percentuais. A modificação será levada à apreciação do Congresso Nacional para ratificação via Decreto Presidencial;
- (4) Elaboração da Política Nacional de Mudanças Climáticas, submetida ao Congresso Nacional, e do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, aprovado pelo Exmo. Senhor. Presidente da República em dezembro de 2008;
- (5) No âmbito da OCDE, inclusão do Ministério da Fazenda em 7 (sete) dos 8 (oito) grupos de trabalho criados pelo MRE, para ampliar as análises dos instrumentos normativos daquela organização e construir posição de consenso no Governo. Cabe à SAIN coordenar esses trabalhos no âmbito do MF. Ademais, para apoiar esse processo a OCDE vem produzindo estudos sobre o Brasil, divulgados em relatórios, estatísticas e notícias divulgadas pelo site www.oecd.org/brazil;

- (6) Em novembro, a Secretaria coordenou e acompanhou a primeira visita de técnicos da OCDE ao Brasil, para lançamento, em 2009, de uma nova versão do Brazil Economic Outlook;
- (7) Participação ativa da SAIN/MF nas atividades voltadas à ampliação de acordos comerciais no âmbito das negociações externas do MERCOSUL. A Secretaria enviou técnicos para as discussões, elaborou relatórios e subsidiou o Ministério das Relações Exteriores com comentários aos textos em negociação, mantendo estreita interlocução com aquele Ministério no decorrer de todo o processo decisório. Em virtude de limitações de ordem orçamentária, a SAIN optou por nem sempre encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, privilegiando a participação nos encontros ocorridos no Brasil, principalmente durante a Presidência Pro Tempore brasileira no segundo semestre de 2008;
- (8) Análise de documentos e propostas e preparação de material para subsidiar a participação brasileira no Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) que, no ano de 2008, discutiu, dentre outros temas, a economia global e mercados financeiros; reformas de quota e voz, modelo sustentável de financiamento do FMI, reformas do FMI e fundos soberanos;
- (9) Participação em reuniões governamentais no Brasil para a discussão de propostas setoriais e para a coordenação entre a posição brasileira e dos demais países do MERCOSUL no processo negociador interno no Grupo de Acesso a Mercados – NAMA;
- (10) Participação em 3 (três) eventos internacionais no âmbito do PCN Ponto de Contato Nacional que permitiram conhecimento mais detalhado da realidade de funcionamento dos Pontos de Contato de diferentes países por meio da troca de experiências, além do debate direto com representantes trabalhistas. Observou-se que muitos dos desafios são compartilhados pelos diversos PCNs, tais como: baixa institucionalização (quadro de pessoal reduzido, rotatividade de seus representantes, baixo apoio político), dificuldades para atendimento das demandas de representantes sindicais e de entidades não-governamentais, limitada divulgação das Diretrizes junto às empresas, reduzida experiência para lidar com situações-problema, dentre outros;
- (11) Participação na criação de mecanismo de solução de controvérsias sobre investimentos no âmbito da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL;
- (12) Elaboração de trabalho técnico sobre incentivos tributários e não-tributários para atração de investimentos no Brasil, que servirá também para subsidiar negociações no âmbito do MERCOSUL;
- (13) Produção de informes mensais de Indicadores Macroeconômicos, disponibilizados no site da Secretaria;
- (14) Participação efetiva e estratégica nos diversos órgãos colegiados envolvidos com atividades inerentes ao financiamento com recursos públicos das exportações brasileiras, com a finalidade de melhorar seu desempenho;
- (15) Análise de 15 (quinze) processos de defesa comercial e de 16 (dezesesseis) casos referentes a solicitações de suspensão de medidas de defesa comercial ou a recursos administrativos a medidas aplicadas pela CAMEX;
- (16) No âmbito do COFIG, em que a SAIN exerce o papel de Secretaria-Executiva, foram realizadas, em 2008, 12 (doze) Reuniões Ordinárias, precedidas de reuniões do Grupo de Apoio Técnico- GAT, e 2 (duas) reuniões Extraordinárias;

- (17) Os pleitos submetidos ao COFIG, por intermédio da SAIN/COAFI, na qualidade de Secretaria-Executiva do Comitê, totalizaram US\$ 6,76 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 303,1 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, com recolhimentos conforme o cronograma de desembolso das operações;
- (18) No exercício das atribuições relacionadas ao FGE, foram firmados os Aditivos nº 1 e 2/2008, celebrados entre a União, por intermédio da SAIN, e a SBCE, que tratam sobre a prorrogação por 12 (doze) meses, do prazo de vigência do contrato, seu valor, da garantia e da fonte de recursos onde incorrerão as despesas do contrato. A fiscalização daquele Contrato, também sob responsabilidade da SAIN, foi efetuada ao longo do ano, com o acompanhamento dos serviços prestados pela SBCE em subsídio às decisões da Secretaria e do COFIG;
- (19) No âmbito do Programa de Financiamento às Exportações- PROEX – supervisionado pela SAIN, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento das operações cursadas ao amparo do Programa e também a coordenação da elaboração da proposta orçamentária para 2009, com previsão de liberação de R\$ 2,3 bilhões de dotação para Financiamento e de R\$ 1, 4 bilhão para Equalização de Taxas;
- (20) No âmbito do COMACE, em que participa como Secretaria- Executiva, a SAIN participou de 7 (sete) reuniões (Tour d’Horizon) onde foram examinados os débitos de 13 (treze) países para com o Brasil;
- (21) No âmbito da COFIEX, a SAIN, na qualidade de membro regular da Comissão, participou das 4 (quatro) reuniões realizadas em 2008. Das 96 (noventa e seis) reuniões de seu Grupo Técnico-GTEC, a Secretaria conseguiu participar em 84 (oitenta e quatro) eventos, além de responder à 5 consultas extraordinárias dos membros da COFIEX;
- (22) No papel de Secretaria-Executiva do COFIG, a SAIN encaminhou diversos assuntos relacionados ao PROEX e ao FGE, mediante a elaboração de 14 (catorze) Notas Técnicas, para deliberação da CAMEX.;
- (23) No âmbito da CAMEX/GECEX, onde assessora o Ministro da Fazenda nos assuntos a ela atinentes, a SAIN teve participação ativa nas revisões semestrais da Lista de Exceções da TEC, que culminaram nas Resoluções CAMEX nº 8,14,28 e 55/2008;
- (24) Análise de 21 (vinte e um) pleitos de alterações temporárias da TEC no âmbito do Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 59/00 (razões de desabastecimento);
- (25) Análise de cerca de 80 (oitenta) de pleitos de modificação tarifária em caráter permanente no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do MERCOSUL, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles por meio de Notas Técnicas;
- (26) Participação ativa em reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul e do Grupo Mercado Comum, com destaque para o acompanhamento dos seguintes temas: criação de Regimes Especiais de Importação, regulamentação da Decisão CMC 54/2004 que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Distribuição da Renda Aduaneira, e a análise de estudos financiados pelo BID sobre temas ad-hoc de interesse do Mercosul;
- (27) Participação ativa nas reuniões ordinárias do Grupo de Especialistas Ad-Hoc do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (GAHE-FOCEM), em que são analisadas as operações

que contam com financiamento do Fundo multilateral em projetos para redução de assimetrias estruturais no bloco;

(28) Participação ativa nas reuniões do Grupo de Monitoramento Econômico do MERCOSUL (GMM), sendo que a SAIN exerceu a Coordenação Nacional durante a Presidência Brasileira (2º semestre), em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil;

(29) Participação ativa no Grupo Ad-Hoc para elaboração do Estatuto do Sistema de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL, criado para definir as linhas gerais que nortearão o Regulamento do Fundo que concederá garantias a PMEs do Mercosul. O Estatuto foi finalizado e aprovado em dezembro de 2008;

(30) Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho nº 12 do MERCOSUL que trata do processo de integração do bloco na área de investimentos. Durante o segundo semestre de 2008, a SAIN/MF exerceu a presidência pro tempore do SGT, durante a qual conseguiu a aprovação de um novo programa de trabalho;

(31) Atuação conjunta com o MRE na negociação de documentos no âmbito do Comitê de Investimentos da OCDE, com a participação de 3 (três) reuniões;

(32) Participação e coordenação com BACEN, CVM e SUSEP da sétima rodada de negociações em serviços do MERCOSUL;

(33) Participação e coordenação com BACEN, CVM e SUSEP da Rodada de Doha da OMC na área de serviços;

(34) Conclusão, em conjunto com outros integrantes do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, de minuta de projeto de lei sobre retaliação cruzada;

(35) Definição, em conjunto com outros integrantes do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, de uma política brasileira de propriedade intelectual para inovação incremental.

(36) Assessoria e produção de análises para o Ministro da Fazenda em 7 (sete) reuniões da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.

(37) Assessoria e produção de análises para o Secretário de Assuntos Internacionais em sete reuniões do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior – GECEX

II – Orçamento da Ação

- **Despesas orçamentárias vinculadas:**

Dotação Autorizada	Executado (R\$)
1.412.903,00	806.998,01

- **Valores executados pela Unidade Gestora 170191 – SAIN**

Natureza da Despesa	Valor Pago (R\$)
339014 Diárias - Pessoal Civil	306.627,68
339033 Passagens e Despesas com Locomoção	455.201,84
339036 Outros Serviços de Terceiros - PF	872,79
339093 Indenizações e Restituições	1.973,53
Total	764.675,84

- **Valores executados pela Unidade Gestora 170006 – Coordenação Geral de Recursos Humanos**

Natureza da Despesa		Valor Pago (R\$)
339036	Outros Serviços de Terceiros - PF	23.797,95
Total		23.797,95

- **Valores executados pela Unidade Gestora 170016 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos**

Natureza da Despesa		Valor Pago (R\$)
335039	Outros Serviços Terceiros - PJ	440,49
339036	Outros Serviços de Terceiros -PF	1.315,75
339039	Outros Serviços Terceiros - PJ	16.504,83
339147	Obrig. Tribut. e Contrib-Op. Intra-Orçamentárias	263,15
Total		18.524,22

- **Metas e Resultados da ação no exercício**

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	R\$ 1.412.903,00	R\$ 806.998,01	58,14
Física	246	246	100%

Obs: Cabe observar que, diferentemente do que consta no Sigplan, foram realizadas 182 negociações que representam 74% do previsto. Para o exercício 2009, deverá ser alterado o produto da ação, atualmente "Negociações realizadas".

2.3.1.3 Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda
Coordenador nacional da ação	Lúcia Campelo da Silva

Unidade Executora	Secretaria de Assuntos Internacionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Assuntos Internacionais
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Previstas na Portaria MF nº 139, de 10 de julho de 2008

I Resultados

Os recursos disponibilizados foram suficientes para ampliar o desempenho operacional da Unidade, com a aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e de comunicação, bem como com a modernização do espaço físico.

II Orçamento da Ação

- **Despesas orçamentárias vinculadas:**

Dotação Autorizada (R\$)	Executado (R\$)
601.122,00	337.771,37

- **Valores executados pela Unidade Gestora 170191 – SAIN**

Natureza da Despesa		Valor Pago (R\$)
339014	Diárias – Pessoal Civil	587,59
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	494,05
Total		1.081,64

- **Valores executados pela Unidade Gestora 170016 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos**

Natureza da Despesa		Valor Pago (R\$)
335039	Outros Serviços Terceirizados – PJ	209,00
339030	Material de Consumo	1.131,00
339039	Outros Serviços Terceiros PJ	273.156,84
339139	Outros Serviços Terceiros PJ-Intra-Orçamento	21.360,46
449052	Equipamentos e Material Permanente	10.344,34
Total		306.201,64

- **Valores executados pela Unidade Gestora 170114 – Gerência Regional de Administração – RJ**

Natureza da Despesa		Valor Pago (R\$)
339030	Material de Consumo	839,00
339039	Outros Serviços Terceiros PJ	25.969,15
449052	Equipamentos e Material Permanente	881,10
Total		27.689,25

- Valores executados pela Unidade Gestora 240017 – Financeiro em Nova Iorque**

Natureza da Despesa		Valor Pago (R\$)
339039	Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.798,84
Total		2.798,84

2.3.2 Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Tipo de Programa:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral:	Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse
Gerente de Programa:	Reinaldo Storani
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Programa do tipo “Gestão de Políticas Públicas” - não possui indicadores.
Público-alvo:	Governo e sociedade

Relacionamos, a seguir, a ação desenvolvida por esta SAIN, inserida nesse programa:

2.3.2.1 Ação: 0406 - Contribuição ao Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a participação brasileira no Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24.
Descrição	Pagamento de cota contributiva para promover a participação brasileira no Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Assuntos Internacionais
Coordenador nacional da ação	Marcos Bezerra Abbott Galvão
Unidade Executora	Secretaria de Assuntos Internacionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Assuntos Internacionais
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Previstas na Portaria MF nº 139, de 10 de julho de 2008.

I Resultados

Realizado o pagamento da cota contributiva no valor de R\$ 36.800,00 conforme autorizado na Lei 11.146, de 26.07.2005, publicada no DOU de 27.07.2005, a fim de contribuir para a manutenção do Escritório de Ligação (Liaison Office), em Washington, e para o Fundo (Trust Fund) para o Programa de Pesquisas do Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro (Intergovernmental Group of Twenty-Four – G-24).

II Orçamento da Ação

- **Despesas orçamentárias vinculadas:**

Provisão Recebida	Valor Pago
36.800,00	36.800,00

- **Recursos executados pela Unidade Gestora 170191- SAIN-MF.**

Natureza da despesa		Valor Pago (R\$)
338000	Contribuições	36.800,00
Total		36.800,00

2.4 Desempenho Operacional

SAIN EM NÚMEROS 2008

ATIVIDADES/EVENTOS	QTDE
NEGOCIAÇÕES	182
REUNIÕES TÉCNICAS	106
SEMINÁRIOS	04
ENCONTROS	04
<ul style="list-style-type: none"> • no Brasil • no Exterior 	01 03
FÓRUNS INTERNACIONAIS	03
PARTICIPAÇÕES EM COMITÊS E MISSÕES TÉCNICAS	04
<ul style="list-style-type: none"> • Comitês • Missões técnicas 	03 01
ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS PELO PCN – PONTO DE CONTATO NACIONAL	07
PUBLICAÇÕES EDITADAS	03
<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores mensais de conjuntura econômica • Boletim de comércio exterior do MERCOSUL 	02 01
ANÁLISES/TRADUÇÕES/INFORMES/ESTUDOS TÉCNICOS	39
<ul style="list-style-type: none"> • Análise de documentos e propostas • Análise de estudos de Organismos Internacionais • Estudos técnicos • Traduções • Informativo diversos sobre países devedores 	17 10 01 05 06
AGENDAS COMENTADAS PARA REUNIÕES CAMEX	13
PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL	31
ANÁLISES DE REDUÇÃO TARIFÁRIA (EM CONJUNTO COM SEAE)	21
ANÁLISES DE PLEITOS DE EXPORTADORES – FGE/SCE	113
CONSULTAS À PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL	17
CONSULTAS EXTRAORDINÁRIAS AO MEMBROS DA COFIEIX	05
CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS	1.117
<ul style="list-style-type: none"> • Notas técnicas • Normativos • Outras correspondências (Memorandos, Ofícios etc.) 	40 40 1.037

Os quadros a seguir apresentam indicadores de eficácia relacionados às atividades desenvolvidas pelas Unidades que compõem a SAIN:

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados:

Marcos Machado Guimarães
Danielle Ayres Delduque

Cargo: Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos
Cargo: Coordenadora

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade	1	0	1	1	1 (100%)	0	1 (100%)	1 (100%)
2 - Seminários do G-20	Unidade	1	2	0	0	1 (100%)	2 (100%)	0	1
3- Reuniões do G-7	Unidade	0	1	0	0	0	1 (100%)	0	0
4 - Reuniões do G-24	Unidade	0	3	0	0	0	3 (100%)	0	0
5 - Reuniões do G-4	Unidade	0	0	0	0	1	1	1	2
6 – Reuniões dos BRIC's	Unidade	0	0	0	0	0	0	1	1
7 - Reuniões do MERCOSUL	Unidade	0	1	1	0	0	1 (100%)	1 (100%)	0
8 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade	2	2	1	1	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
9 - Reuniões Ministros da Fazenda das Américas e do Caribe	Unidade	0	1	0	0	0	1 (100%)	0	0
10 - Reuniões do Banco do Sul	Unidade	2	2	0	0	2 (100%)	2 (100%)	0	0

Unidade: MF/SAIN/ASSESSORIA - ASSES

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional.

Sinopse do Objeto: Análise das políticas das instituições financeiras internacionais e elaboração de subsídios para a participação em negociações e tomada de decisões no âmbito desses organismos.

Responsáveis pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler
 Artur Cardoso de Lacerda
 Ludmila Vidigal Silva

Cargo: Assessor
Cargo: Coordenador de Assuntos Financeiros
Cargo: Assistente

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 – Banco Mundial – Reuniões do Comitê de Desenvolvimento (Material preparatório)	Unidade	0	1	0	1	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)
2 - Banco Mundial – Votos da Assembléia de Governadores (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
3- Banco Mundial – Estudos Analíticos Analisados (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
4- Banco Mundial – Carteira de Projetos (Relatórios de Acompanhamento)	Unidade	0	0	0	1	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)
5- FMI – Reuniões do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (Material preparatório)	Unidade	0	1	0	1	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)
6- FMI – Votos da Assembléia de Governadores (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
7- FMI – Missões de Supervisão (Relatórios de Acompanhamento)	Unidade	1	0	0	0	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)

Unidade: COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS - COAFI

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade	12	12	12	12	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade	60	60	60	60	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	4 (133%)	4 (133%)
4 - Reuniões do COFIG	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	4 (133%)	4 (133%)
5 - Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias do COFIG.	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	4 (133%)	4 (133%)
6 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	4 (133%)	4 (133%)
7 - Participação em negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)

Obs: 1) O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.

2) As metas referentes aos itens 3, 4, 5 e 6 para os 3º e 4º trimestre foram superadas devido a realização de duas reuniões extraordinárias do COFIG (13ª e 14ª).

Unidade: COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Ines Maia

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Assessora

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Participação em negociações no Clube de Paris	Unidade	2	2	2	2	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento.	Unidade	2	2	2	3	2 (100%)	2 (100%)	1 (50%)	2 (66%)
3 - Reuniões do COMACE	Unidade	8	0	1	4	8 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	4 (100%)
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões.	Unidade	5	6	3	5	5 (100%)	6 (100%)	3 (100%)	5 (100%)
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos.	Unidade	0	2	0	0	0 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias.	Unidade	2	2	1	3	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	3 (100%)
7 - Participação em negociações envolvendo o Pré-Pagamento da dívida do Brasil com os credores do Clube de Paris.	Unidade	1	0	0	0	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - Participação em negociações relacionadas a conversão de créditos.	Unidade	0	2	6	2	0 (100%)	2 (100%)	6 (100%)	2 (100%)
9 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$).	Unidade	24.083.941,77				100%			

Obs: (1) As metas para o 3º trimestre de 2008, referentes ao item 2, não foram totalmente atingidas por impossibilidade de alteração da viagem da delegação do Congo que não pode se dirigir à Sede do IRB no Rio de Janeiro a fim de participar da reunião que estava Sendo organizada; (2) As metas para o 4º. Trimestre de 2008, referentes ao item 2, não foram totalmente atingidas devido a imprevisto ocorrido no embarque da delegação do Suriname.

Unidade: COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Secretário-Adjunto
Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Reuniões da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta	Unidade	15	12	24	19	13 (87%)	10 (83%)	20 (83%)	16 (84%)
5 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para discussões relativas à readequação do Decreto da COFIEIX (Decreto nº 3.502, de 12.06.2000)	Unidade	4	6	0	0	4 (100%)	5 (83%)	0 (100%)	0 (100%)
6 - Consultas aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de interesse do Governo Federal, com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade	0	0	3	2	0 (100%)	0 (100%)	3 (100%)	2 (100%)

Obs: 1) Nenhum dos itens se refere a negociações.

2) Nos casos em que o percentual de participação da SAIN foi inferior a 100% (item 4 - 1o ao 4o trimestres), a justificativa é de que os representantes da Secretaria (titular e suplente) no GTEC não puderam comparecer a todas as reuniões realizadas, tendo em vista estarem bastante envolvidos no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das novas atribuições.

Unidade: COORDENAÇÃO-GERAL DE INTEGRAÇÃO COMERCIAL - COINT

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden de Melo Barboza

Cargo: Secretário-Adjunto de Comércio Exterior

Rômulo Tavares Ribeiro

Cargo: Coordenador-Geral de Integração Comercial

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	1	1	1	2	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade	1	3	2	2	1 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade	0	1	1	1	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
6 - MERCOSUL - Reuniões Grupo de Especialistas Ad-Hoc do FOCEM (GAHE-FOCEM)	Unidade	1	2	1	2	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
7 - MERCOSUL - Reuniões do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
8 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
9 - Demais Negociações Externas do MERCOSUL (Reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
10 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - Gecex	Unidade	2	2	1	2	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
11 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - Camex	Unidade	1	2	1	2	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

Unidade: COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS COMERCIAIS - COPOL

Metas Previstas e Realizadas

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Marden Barboza
Erivaldo Alfredo Gomes
Fernando Coppe Alcaraz

Cargo: Secretário-Adjunto de Comércio Exterior.
Cargo: Coordenador-Geral de Políticas Comerciais
Cargo: Coordenador de Políticas Comerciais

Data: 31/12/2008

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)				REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade	3	2	0	0	1 (33,3%)	0 (0%)	0 (100%)	0 (100%)
2 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade	2	2	2	2	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC	Unidade	0	2	1	1	0 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	0	1	1	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - Geceex	Unidade	2	1	2	2	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
6 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - Camex	Unidade	1	1	2	3	1 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
7 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/Camex	Unidade	2	2	2	2	1 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
8 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/Camex	Unidade	3	3	3	3	1 (100%)	3 (100%)	4 (100%)	7 (100%)
9 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade	0	1	1	1	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
10- MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
11 - MERCOSUL - SGT-12	Unidade	0	0	0	1	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
12 - OMC - Cluster de Serviços (Reuniões)	Unidade	1	0	0	0	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
13 - Propriedade Intelectual - GT - Retaliação Cruzada (Reuniões)	Unidade	0	3	3	2	0 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
14 - Propriedade Intelectual - Reunião Plenária	Unidade	0	0	0	1	0(100%)	0(100%)	0(100%)	1 (100%)
15 - UNASUL. Grupo de Trabalho sobre um Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos (Reuniões)	Unidade	0	0	1	2	0(100%)	0(100%)	1(100%)	2(100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

As metas não atingidas foram, sobretudo, em virtude de restrições de recursos humanos da Secretaria. No caso da OMC, o processo negociador foi interrompido no segundo semestre. No caso do Grupo de Contratações Públicas do MERCOSUL, não houve acordo entre os membros do bloco para sua realização.

2.4.1 Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	511.964,10	477.437,72	697.085,50
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	367.571,49	39.829,77	388.944,71
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	*	*	*
3.1. Publicidade	nihil	nihil	nihil
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	nihil	nihil	nihil
3.3. Tecnologia da Informação	*	*	*
3.4. Outras Terceirizações	*	*	*
3.5. Suprimentos de fundos	nihil	nihil	nihil
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	nihil	nihil	nihil
TOTAIS	879.535,59	817.267,49	1.086.030,21

**O pagamento dos contratos referentes aos itens 3; 3.3 e 3.4 está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/SE/MF.*

Comentários

A Secretaria priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, com diárias e passagens nacionais e internacionais..

Foi executado o montante de R\$ 3.993.873,62, assim distribuídos: R\$ 1.196.005,37 (um milhão, cento e noventa e seis mil e cinco reais, trinta e sete centavos), pela Unidade Gestora 170191, R\$ 306.201,64 (trezentos e seis mil, duzentos e um reais, sessenta e quatro centavos), pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - COGRL, R\$ 894.860,00 (oitocentos e noventa e quatro reais oitocentos e sessenta reais), pela Gerência Regional de Administração do Rio de Janeiro – GRA-RJ, R\$ 1.570.331,93 (um milhão quinhentos e setenta mil trezentos e trinta e um reais e noventa e três centavos), pela Gerência Regional de Administração de São Paulo – GRA-SP, R\$ 23.675,84, (vinte três mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – COGRH e R\$ 2.798,84 (dois mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos), pelo Escritório Financeiro em Nova Iorque, USA, respectivamente.

As passagens aéreas foram adquiridas através do contrato nº. 041/2004, firmado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da COGRL/SPOA/SE/MF, com a empresa TRIP's Passagens e Turismo Ltda.

A aquisição de bens e serviços no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria.

Houve descentralização de recursos para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA para pagamento de assinatura de periódicos e outros serviços, tais como gastos com pagamento de terceirizados, mídia impressa, TIM celular, locação de computadores. Também descentralizamos crédito/recursos para a Gerência Regional de Administração – GRA/RJ, GRA/SP, respectivamente para pagamento de despesas condominiais e contratos para realização dos eventos do G20.

A SAIN não dispõe de estoques de materiais e as aquisições foram demandadas diretamente para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL e destinaram-se, exclusivamente, ao consumo imediato.

A SAIN dispõe atualmente seus recursos tecnológicos em três endereços, sendo 02 (dois) em Brasília - DF e 01 (um) no Rio de Janeiro – RJ, a distribuição está feita conforme os quadros abaixo:

I Contratos de Brasília (DF)

CONTRATANTE	CONTRATADO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QTDE
COGRL/ SPOA/ MF	Microcity Computadores Ltda	Contrato GRA-MG n°. 23/2005	Estação de Trabalho	07
		Contrato GRA-MG n°. 100/2005		08
	Investiplan Computadores e Sistemas Ltda	Termo aditivo do contrato n°. 25/2005	Estação de Trabalho	01
			Notebook	01
	SERPRO	Termo aditivo n°. 01/2006 ao Contrato n°. 41/2005	Estação de Trabalho	01
	Premier Tecnologia de Informação Ltda	Contrato n°.28/2006	Impressora laser colorida, Okidata C7350	02
	IT2B Tecnologia e Serviços Ltda	Contrato n°. 20/2007	Impressora monocromática Phaser 3428	09
Impressora monocromática Phaser 4510			02	
CNC – Centro Nacional de Cópias Ltda	Contrato n°. 34/2006	Copiadora Ricoh Aficio 1035P	02	

III Contratos do Rio de Janeiro (RJ)

CONTRATANTE	CONTRATADO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
MF	SERPRO	Não possui	Estação de Trabalho	05

III Acervo da Unidade

FORMA DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Compra feita pela SPOA	Estação de Trabalho	39
Doação feita pela Receita Federal do Brasil – RFB/MF	Notebook	08
Compra feita pela SPOA/Secretaria	Scanner HP 5590	03
Compra feita pela SPOA	Scanner Benq	02

3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CREDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período.

4 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As unidades gestoras executoras são responsáveis pela inscrição de Restos a Pagar, dos recursos descentralizados pela Secretaria de Assuntos Internacionais: 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e 17006 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

As explicações constantes do campo (Nota) – não se aplicam a esta Secretaria.

5 DEMONSTRATIVO DE TRANSFERENCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Tipo	7
Código SIAFI/SIGPLAN	Unidade Orçamentária 25101 04.120.681.0406
Número do processo	12120.000331/001-28
Objeto da avença	Participação no G-24
Data DOU	27.07.2008
Valor total pactuado (R\$)	36.800,00
Transferido no exercício (R\$)	36.800,00
Contrapartida	Participação do Brasil no G-24
Beneficiário (razão social e CNPJ)	G-24 Liason Office e Trust Fund
Situação da avença	Participação ativa do Brasil nas discussões e apresentação de propostas no G-24

6 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrências no período.

8 RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9 DECLARAÇÃO SDE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10 OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

A Secretaria de Assuntos Internacionais não possui Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Em 30 de outubro de 2007, por meio do ofício nº 807/2007/SAIN/GABIN/MF, a SAIN solicitou ao Banco do Brasil S.A., Agência Ministério da Fazenda, o cancelamento do referido Cartão de Pagamento do Governo Federal nº 4984.0999.0005.3319, emitido em nome do servidor Antonio Airton Farias de Oliveira, CPF nº 153.518.071-49.

12 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Não houve ocorrências no período.

13 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve ocorrências no período.

14 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15 DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não houve ocorrências no período.

16 INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	7	*	6	*	6	*
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	0	*	0	*	0	*
Total Pessoal Próprio	7	*	6	*	6	*

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	5	*	8	*	9	*

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0		0		0	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	0		0		0	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	9	*	10	*	11	*
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	0		0		0	
Estagiários	4	*	6	*	2	*
Total Pessoal Terc + Estag	13	*	16	*	13	*

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	25	*	31	*	45	*
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0		0		0	
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	25	*	31	*	45	*

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0		0		0	
Total Pessoal Cedido pela Unidade	0		0		0	
Total	50		61		73	

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	60	*
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	13	*
Total Geral	73	*

Obs: * As informações serão prestadas pela COGRH/SPOA/MF, responsável pelos pagamentos em questão.

Em 2008, a SAIN contava com quadro de 73 (setenta e três) funcionários, sendo 6 (seis) do quadro efetivo do Ministério da Fazenda; 24 (vinte e quatro) requisitados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco Central (Bacen); 21 (vinte) cedidos do Banco do Brasil S.A. (BB), do Serviço Federal de

Processamento de Dados (SERPRO), e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); 9 (nove) sem vínculos; 11 (onze) empregados terceirizados e 2 (dois) estagiários.

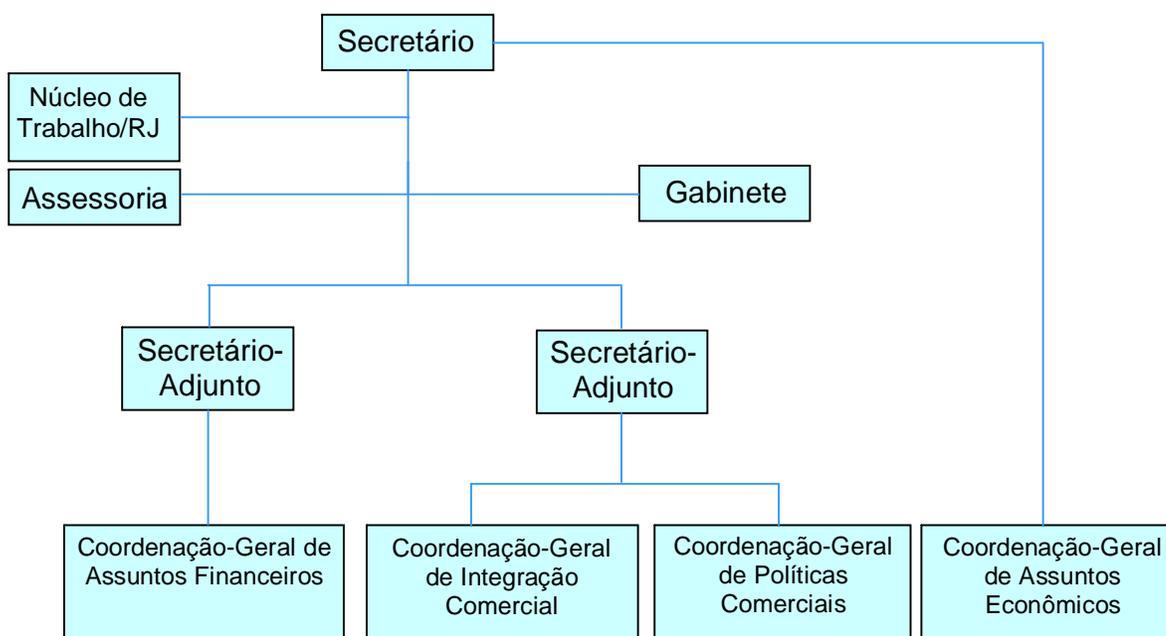
Dos 73 (setenta e três) funcionários, 37 (trinta e sete) servidores detêm cargos comissionados, sendo que 31 (trinta e um) desempenham funções em cargos do Grupo Direção e Assessoramentos Superiores – DAS e 5 (cinco) em Função Gratificada – FG.

Não há qualquer valor pendente de ressarcimento quanto aos servidores cedidos ou requisitados.

A Estrutura Organizacional da SAIN é composta por de 1 (um) Gabinete, 1 (uma) Assessoria, 2 (dois) Secretários-Adjuntos, 4 (quatro) Coordenações-Gerais, sendo, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (COAFI), Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT), Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL), Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos (CAECO) e o Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro - RJ.

A partir de 2007, foi criado o Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro – RJ (Decreto nº 6.313, de 19 de dezembro de 2007, Diário Oficial de 20 de dezembro de 2007) com a finalidade de prestar apoio técnico-administrativo às atividades da SAIN

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não ter havido concurso para esta categoria, a SAIN contou com 11 (onze) empregados terceirizados, na qualidade de auxiliares, contratados por meio de licitação pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL da SPOA.



Em atendimento à solicitação da Secretaria-Executiva, foi elaborada uma proposta da nova estrutura organizacional da SAIN, de acordo com o Memorando nº 442/SAIN/MF de 06 de setembro de 2007.

A citada proposta, baseado nas novas atribuições da Secretaria, contemplou as seguintes alterações:

- (a) criação de denominação específica para cada uma das Secretarias-Adjuntas e definição de suas respectivas áreas de atuação.
- (b) remanejamento interno de 13 (treze) DAS, sendo:
 - 3 (três) - DAS 101.5 (Secretário-Adjunto);
 - 2 (dois) - DAS 102.4 (Assessor);
 - 1 (um) - DAS 102.3 (assessor Técnico);
 - 3 (três) - DAS 101.3 (Coordenador); e
 - 4 (quatro) - DAS 102.2 (Assistente).
- (c) criação de 15 (quinze) DAS, sendo:
 - 1 (um) - DAS 101.4 (Coordenador-Geral);
 - 2 (dois) - DAS 102.4 (assessor);
 - 5 (cinco) - DAS 101.3 (Coordenador); e
 - 7 (sete) - DAS 102.2 (assistente).

Conforme a alínea “c” a criação de 15 (quinze) novos cargos em comissão reflete as reais necessidades desta Secretaria para o atendimento da crescente demanda de serviços, em especial no âmbito das unidades a seguir relacionadas:

- (a) Gabinete da SAIN no Rio de Janeiro:
 - 1 (um) DAS 102.2 (Assistente) para prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário e Secretários-Adjuntos, quando no exercício de suas funções no Rio de Janeiro, concretizado por meio do Decreto nº 6.313, de 19/12/2007, D.O, de 20/12/2007;
- (b) Gabinete da SAIN em Brasília:
 - 1 (um) DAS 101.3 (Coordenador) para acompanhar e coordenar as atividades de logística desenvolvidas pela SAIN, bem como atender ao aumento da demanda das diversas unidades da Secretaria;
- (c) Secretaria-Adjunta de Organismos Financeiros e Integração Regional:
 - 1 (um) DAS 102.4 (Assessor) na Secretaria-Adjunta;
 - 1 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 1 (um) DAS 102.2 (Assistente) na Coordenação-Geral de Organismos Financeiros (antiga Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos);
 - 1 (um) DAS 101.4 para a criação de uma Coordenação-Geral de Integração Financeira e Novos Temas, que contará com 1 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 1 (um) DAS 102.2 (assistente);
- (d) Secretaria-Adjunta de Financiamento, Garantia e Recuperação de Crédito:
 - 1 (um) DAS 102.4 (Assessor) na Secretaria-Adjunta;
 - 1 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 1 (um) DAS 102.2 (Assistente) na Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros; e
 - 1 (um) DAS 101.3 (Coordenador) e 3 (três) DAS 102.2 (Assistente) na Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

Ações de Valorização do Servidor

Intensificamos o treinamento e a atualização da equipe técnica da SAIN, procurando aprimorar o nível de qualificação de seus servidores com o objetivo de cumprir as diretrizes traçadas pelo Gestor e cumprir suas competências regimentais. Durante o ano de 2008, a Secretaria disponibilizou os seguintes treinamentos, cursos e seminários:

- Curso de Cerimonial para os Setores Públicos, promovido pela FRAN – Cerimonial e Eventos (1)
- Projeto Minerva, promovido George Washington University (1)
- Curso de Redação de Documentos Oficiais e Elaboração de Relatórios, promovido ESAD Consultoria S/S (1)
- Papel do Gerente na Gestão do Desempenho da Equipe promovido ENAP – Escola Nacional de Administração Pública Federal (2)
- Oficina de Desenvolvimento de Equipe, promovido pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública Federal (3)
- Gestão de Documentos Eletrônicos e Segurança da Informação Arquivística na Administração Pública, promovido pela Ioc Ione Cursos (1)
- Curso de Legislação de Pessoal – Atualização do RJU – Lei 8.112, promovido pela CONSULTRE - consultoria e Treinamento Ltda. (1)
- I Encontro Nacional de Contabilidade Pública com ênfase na Gestão Governamental, promovido pelo Instituto de Tecnologia e Complementação Profissional Ltda. IT (1)
- Curso de Questões do Setor Externo, promovido pela ESAF - Escola de Administração Fazendária (1)
- Curso de Etiqueta e Cerimonial, promovido pela Ioc Ione Cursos (2)
- XXVIII Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, promovido pela Inovação e Desenvolvimento (1)
- Curso de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio, promovido pela CONTREI – Consultoria e Treinamento S/S (1)
- II Seminário Nacional de Encerramento do Exercício Financeiro do Setor Público, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal – CRC-DF (1).

17 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DE GESTÃO

A Secretaria de Assuntos Internacionais-SAIN vem buscando reorganização interna que prepare o Órgão para responder adequadamente às crescentes demandas institucionais, muitas delas decorrentes do cenário econômico mundial, marcado por crise financeira agravada em 2008.

Acrescente-se o fato de que temos recebido recomendações feitas pela Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência da República no sentido de apresentar planejamento em documento específico, contendo diretrizes, objetivos e metas programadas para o exercício, bem como os respectivos indicadores de metas e o dispêndio financeiro necessário para a consecução das mesmas.

Nesse sentido, foi aprovada a criação de grupo de trabalho encarregado de elaborar projeto de Planejamento Estratégico para a SAIN, a ser implementado ainda no corrente ano, que resultará nos seguintes benefícios para a instituição:

- Estabelecimento de horizonte de longo prazo para a Secretaria;
- Definição e delineamento de metas finalísticas claras e mensuráveis;
- Definição de indicadores de desempenho adequados às atividades da Secretaria;
- Aprimoramento da informação prestada no PPA acerca das ações a cargo da SAIN;
- Envolvimento e dinamização do corpo funcional nas atividades executadas, tendo como alvo da atuação individual os objetivos comuns da Secretaria, que serão disseminados ao longo do processo de planejamento estratégico;
- Maior integração de toda a equipe, com melhoria da comunicação entre as diversas áreas e conseqüente sinergia de atuação;
- Desenvolvimento de comportamento pró-ativo e de reação mais rápida às mudanças ou alterações súbitas, em vista da prática de previsão que será desenvolvida ao longo do processo de elaboração do Plano Estratégico da Secretaria; enfim; e
- Economia de tempo, recursos financeiros e esforços com intuito em promover uma atuação mais eficaz e destacada da SAIN no cenário nacional e internacional.

18 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Considerando o teor do artigo 37 da Lei nº. 10.180/2001, determinando que a documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Administração Federal permanecerá na respectiva unidade, à disposição dos órgãos e das unidades de controle interno e externo nas condições e nos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o teor do parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 3.589/2000, dispondo que o processo de Conformidade Contábil no SIAFI consiste em verificar se os lançamentos efetuados pela unidade gestora foram feitos em observância às normas vigentes, à tabela de eventos do SIAFI e à respectiva conformidade documental da unidade gestora;

Considerando a ausência de providências concretas por parte da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que se refere ao provisionamento de recursos humanos e ao fortalecimento da estrutura organizacional das setoriais contábeis, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 2.351/2006 – Plenário;

Considerando o teor da Nota Técnica nº 018/COGEF/SPOA/SE/MF, de 14.11.2006, por meio da qual a Coordenação de Análise Contábil da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda registra suas dificuldades em exercer a função de Setorial Contábil do MF em razão de sua deficiente estrutura organizacional e funcional, agravadas pela introdução da Conformidade Contábil de Órgão Superior pela Secretaria do Tesouro Nacional e das exigências do Tribunal de Contas da União constantes dos Acórdãos nºs 2.016 e 2.351/2006; 415 e 639/2007.

Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema SIAFI, previstos na Lei nº 4.320/1964 da Secretaria de Assuntos Internacionais reflete a execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada pelos responsáveis da unidade jurisdicionada que apresenta contas no exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2009

PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA
CRC – DF nº 011.634/0-9